



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de Junho de dois mil e sete.

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Teixeira da Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, foi designado o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Rocha, informou que, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 47º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e considerando o falecimento do Sr. António da Silva Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Ovaia, foi convocado o Sr. Rogério Pereira Mendes para o substituir, na qualidade de novo titular do cargo. Logo de seguida foi chamado, pela Mesa, o Sr. Rogério Pereira Mendes que, depois de ser verificada a sua identidade e legitimidade, prestou o juramento competente.

Procedeu-se então à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente, para além do Sr. Dr. Simões Saraiva, que apresentou justificação, o Sr. Fernando Alves Dias Duarte, que não remeteu justificação relativa à sua ausência. Também se encontrava ausente o Sr. António Maria Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, que designou, para seu substituto, o Sr. Fernando Marques Fernandes, vogal da mencionada Junta de Freguesia.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apresentação do Plano Operacional Municipal do ano 2007.

III – Caracterização da Rede de Protecção Social Concelhia.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha apresentou a seguinte proposta:

“Quero propor a aprovação de um voto de pesar pelo recente falecimento do nosso companheiro e membro desta Assembleia Municipal, Sr. António da Silva Marques. Todos sabem que ele esteve durante largos mandatos, quer na Junta de Freguesia, quer, por inerência, na Assembleia Municipal, tendo sido um autarca muito empenhado.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes para fazer a seguinte intervenção:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve inteiramente, não só as palavras mas também a saudade, de longos anos que passámos aqui juntos, de franca amizade, de alguma luta. Mas, eu acho que a parte positiva é a que mais importa. Não é só quando se morre que se é bom; penso que se é bom durante toda a vida, apesar de só nos lembrarmos disso quando as pessoas se vão embora.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte declaração:

“Em meu nome pessoal e da CDU, associamo-nos a este voto de pesar pelo falecimento do nosso



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

companheiro. Dizer também que sou bastante insuspeito para estar agora aqui... Porque não será segredo para ninguém que algumas vezes estaríamos em franco, repito, franco desacordo. E franco, porque ele tinha também essa característica: era franco. E, depois, “levava” com franqueza também. São discussões que não deixam marcas... quando assim se discute.

Por outro lado, e eu desejo assinalar este aspecto enquanto Presidente de Junta, tanto quanto julgo saber, ele era um Homem que não “dobrava”. Era um Homem que, quando se tratava de defender aquilo que ele entendia que era justo para a sua freguesia, repito, aquilo que ele entendia que era justo para a sua freguesia, o fazia sem dobrar a cerviz. Isso é um acto de dignidade que, num Presidente da Junta, é muito importante!”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Associo-me a este voto de pesar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

De referir que o Sr. Silva Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Ovaia, foi um longo companheiro de muitas lutas, quer na Assembleia, quer a nível da sua freguesia.

Era um Homem que era uma pessoa digna e justa. Era uma pessoa que lutava – como disse o João Dinis – pelos interesses da sua freguesia. Às vezes até poderia levar para além aquela vontade férrea de conseguir os intentos e o bem-estar das pessoas de Santa Ovaia. Por vezes, nem era muito bem reconhecido, por ser assim, por ser este o seu feitio. Mas era uma pessoa que lutava pelos ideais e lutava pelo bem da freguesia.

Por isso, eu associo-me inteiramente aos votos que aqui foram propostos.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação a proposta de aprovação do voto de pesar pelo falecimento do Sr. António da Silva Marques, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 27 de Abril de 2007, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Em seguida, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções. Foi, então, dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente, associo-me ao voto de pesar pela morte do nosso companheiro António Silva Marques. Não tive o privilégio de conviver muito com ele. Era, de facto, uma pessoa recta e justa, que lutava pela sua freguesia, para a qual tinha sido eleito. Por todos estes valores, naturalmente associo-me a esta manifestação de pesar.

Seguidamente, queria deixar aqui também um voto para a ARCED, à Sociedade Recreativa Ervedalense pelos resultados obtidos e também para o Sampaense e para o Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital que, não tendo sido campeões, tiveram uma prestação muito digna nas competições em que estiveram empenhados.

Queira-me congratular... Finalmente parece que começa a haver alguma coisa aqui no concelho. Ao nível do abastecimento de água, já se vai vendo por aí umas máquinas na estrada. Sei que as ETAR's também estão a andar. Estive há dias nas Pedras Ruivas e já vejo lá o abastecimento e o saneamento básico numa fase boa de adiantamento.

O João Dinis também está de parabéns: depois de toda a luta que tem travado, temos a estrada de Oliveira à Felgueira em concurso público.

Portanto, é um facto que o Sr. Presidente da Câmara não nos responde mas parece que nos ouve, o que, obviamente, só nos pode deixar satisfeitos. Sempre aqui tenho dito que estou aqui, quer ao nível pessoal, quer ao nível político, para fazer o que está ao meu alcance.

Em tempos disse ao Sr. Presidente da Câmara para tentar governar bem, que eu tentaria opor-me



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem. É um chavão da política que, quando há uma boa oposição, também há um bom governo. Parece que estamos a ir para o bom caminho...

Por tudo isto, os meus parabéns e, por isso, o meu voto de congratulação, que são extensivos a esta iniciativa do EMPREENDER +. E também aqui, numa resposta recente que o Sr. Presidente da Câmara me deu... Finalmente também me começou a responder por escrito. Não tanto como eu queria, mas eu acredito que, com o tempo, acabaremos por chegar lá. Mandou-me ler as actas das reuniões da Câmara. Eu quero dizer ao Sr. Presidente que, isso, qualquer cidadão faz; não é preciso ser eleito nem vir aqui gastar a senha de presença. E não é tanto por mim; é por respeito a esta Assembleia. Eu estimava que o relacionamento e a forma como as coisas são tratadas fossem com elevação. Como disse: eu, por mim, até posso dispensar. Por esta Câmara, de que eu também faço parte, acho que deve ser tratada com outro respeito.

Como já aqui tenho dito, esta Assembleia está aqui para fiscalizar a Câmara e não o contrário. E eu espero que a Mesa – que já fiz esta interpelação também na última Assembleia – saiba, de facto, pugnar por esse respeito, por esta casa e para que os membros desta Assembleia tenham, efectivamente, um trabalho consentâneo com as funções para que foram eleitos. E, para isso, têm que ter as respostas concretas às questões concretas que aqui põem.

Dizia eu que, nesta questão do EMPREENDER +, fui ver as actas e também aqui tenho que dar os parabéns ao ilustre Vereador Francisco Rolo que, na sua intervenção na reunião de Câmara de seis de Dezembro de dois mil e cinco, fazia as propostas que nós agora aqui vemos. Também aqui parece que a Câmara está no bom caminho: a ouvir as propostas da oposição, a pô-las em prática, o que, também aqui, só nos podemos congratular.

O Núcleo Empresarial também já tinha manifestado algum interesse nesta situação, de se começar a olhar para alguns apoios e algumas iniciativas que pudessem rejuvenescer o tecido empresarial. Portanto, como disse, penso que estamos todos de parabéns.

Quanto a esta questão de respostas, como eu disse ao Presidente e à Mesa, não tive a atenção do Sr. Fernando Tavares Pereira que consegue as respostas no dia, mas, nesta última questão que coloquei à Câmara, tive a resposta em treze dias, que acho que é um prazo aceitável.

No entanto, continuo por responder o meu requerimento de vinte e cinco de Janeiro. Continuo sem saber se se vai ou não fazer alguma coisa sobre a homenagem a Fernando Lopes Graça que, como disse, foi aqui aprovada por unanimidade e com grande elogio do Sr. Presidente da Mesa com quem – aqui nos disse – teve o prazer de conviver. Outro tanto da questão do Observatório do Ambiente que, já soubemos da correspondência, o João Dinis também pediu.

Portanto, se verificarem nas actas da Assembleia de vinte e sete de Abril, a folhas sete a onze, estão lá as minhas intervenções aqui nesta Assembleia e estão lá todas estas questões. E, como eu disse, tenho muito respeito pelo dinheiro público. Quando venho aqui tenho que justificar esse dinheiro que gastam comigo. E, portanto, também estou aqui para dar o meu contributo à melhor governação do concelho. Eu volto a dizer à Mesa que gostava muito de ser respondido concreta e objectivamente sobre estas questões.

Portanto, ficámos a saber também, numa das respostas que, efectivamente, foram contratadas cinco pessoas e não duas para a internet. Também mais ou menos conhecemos as pessoas que estão lá e, também por isso, as nossas questões. Não quer dizer que essas pessoas não tenham direito ao emprego mas, para já, não vamos entrar muito mais nisso embora, se calhar, valesse a pena.

Como também é do conhecimento e não tendo tido aqui respostas e como aqui tinha prometido... Eu pertença a uma classe de políticos que praticamente já não existe, que é aquela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que faz aquilo que promete. De facto, já há muito poucos... Aquilo que eu prometo, para o bem e para o mal, cumpro. Podem ter a certeza que sim.

E, uma vez que eu não obtive aqui as respostas e já era a terceira vez que o fazia, fui ao Ministério Público porque quem cala, consente. E havendo aqui questões que nos parecia terem algum indício criminal, nós não quisemos ficar com o peso da questão e, portanto, entregámo-lo a quem de direito. E, aqui, eu queria dizer ao Sr. Presidente da EPTOLIVA – também Vice-Presidente da Câmara – que eu fiz aqui o pedido no dia catorze de Fevereiro, não tive resposta enquanto Câmara Municipal. E, depois, foi-me mandada uma carta que, não sei porquê, perdeu-se. O meu escritório esteve em mudanças de Lisboa para a Covilhã e acredito que a carta se tenha extraviado. Não duvido que ela me tenha sido mandada; mandaram a cópia do carimbo do correio. Só estranho é que me mandem uma carta a resposta do on-line do Beira Serra – imagine-se! – e não me mandam uma resposta de um documento oficial de um órgão com a responsabilidade máxima de gestão do concelho, que é esta Assembleia.

Portanto, fica o registo. Entendeu a Escola, também, colocar-me em Tribunal. Não há problema nenhum por causa disso. Com dois processos, pode ser que se apure a verdade. Como foi dito, nessa como noutras questões, eu fui abordado por um município e mais não fiz que usar as minhas competências e a responsabilidade que eu penso que tenho, que é dar aqui voz aos municípios. E felizmente que o município é uma pessoa “com espinha” e já me disse que, quando for preciso ir fazer as declarações no Ministério Público, estará disponível para ir lá. Então, se apurará se há ou não há motivos. Portanto, eu não estou particularmente interessado que haja ou que não haja. Oxalá que não haja... que ainda acredito nas instituições.

Mas, também queria dizer ao Sr. Presidente da EPTOLIVA, também Vice-Presidente da Câmara, que quem disse que “a EPTOLIVA é um ninho de víboras” não fui eu. E quem disse aqui que o Director era “não sei quê, não sei que mais”, que não devia sequer estar lá e que acabou por ir embora, também não fui eu. É mais ou menos público que a EPTOLIVA serve para premiar os alinhados e serve para castigar os desalinhados. Pelo menos desde que eu ando por aqui, é isso que eu tenho visto.

Portanto, como eu disse, está entregue às entidades próprias, que é o Ministério Público. O Ministério Público fará as démarches que entender e, se eu eventualmente exagerei... Sou uma pessoa responsável, nunca gastei muito ao erário público... Pode ser que, desta vez, tenha umas férias pagas, que também tenho direito.

Portanto, relativamente a esta questão, o que eu volto a dizer aqui na Assembleia é que o local próprio para se fazer a política é aqui. Os Senhores Doutores Juízes e a Senhora Procuradora Adjunta não vão a votos, não são eleitos para resolver os problemas do concelho, somos nós.

E, portanto, eu volto a apelar ao bom-senso, quer da Assembleia, quer da Câmara Municipal, para discutirmos aqui ou, como dizemos lá no meu partido, lave-se a roupa suja que houver a lavar aqui dentro, que este é que é o local próprio para discutir os problemas do concelho e o futuro do concelho e a melhor ou a pior governação. Estão aqui as minorias e as maiorias, há regras do jogo que estão estabelecidas e, portanto, penso que é aqui que estas questões devem ser resolvidas.

Neste momento, estamos empatados um a um, uma vez que estava dois a um a favor da Câmara. Agora o Tribunal deu-nos razão numa. Portanto, está um a um. Se eu não tiver as respostas que estou à espera, dentro de quinze dias, podem ter a certeza que estará lá mais uma queixa por cada requerimento, como bem manda o Estatuto da Oposição e a Lei 169/99, que rege a nossa presença aqui. Eu agradecia solenemente que não me obrigassem a isso. Eu penso que temos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos muito mais que fazer que andar... A menos que tenhamos por objectivo – isto agora é um recado para o PS – não fechar o Tribunal. Parece que o querem fechar por falta de trabalho e a gente pode ir dando um trabalhinho e, com essa coisa, evitarmos que o Tribunal feche.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes para fazer a seguinte intervenção:

“Depois da última Assembleia Municipal, fomos confrontados – felizmente – com as novas placas de sinalização e de indicação em Oliveira. Pecou por ser tardio pois já devia ter sido há mais tempo, mas os meus parabéns pelo facto.

Em segundo lugar queria só perguntar como é que está o PDM. Já não falamos no PDM há seis meses. Fizemos uma reunião quase só pelo PDM. E, portanto, eu gostaria de saber qual é o seu ponto de situação pois toda a gente pergunta, São sete anos, são seis anos, são oito anos; o que é que se anda a fazer; que dinheiro é que se está a gastar; como é que as coisas estão. É importante nós termos, pelo menos, o ponto da situação em relação a isso.”

Depois, interveio o Sr. Eng^o Carlos Maia:

“Tinha aqui dois ou três pontos que queria pôr ao Sr. Presidente da Câmara. E tinha aqui dois pontos também que gostaria de colocar directamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal mas, devido à sua ausência, fica para nova oportunidade.

Quanto às questões que tenho aqui para pôr ao Sr. Presidente da Câmara, tenho duas ou três, que são o seguinte:

A primeira, já me aconteceu várias vezes, com chamadas telefónicas, que eu não identifico porque aparece número privado. Não aparece número nenhum e, para espanto meu, verifico que são da Câmara Municipal. Já chamei e já interroguei a pessoas ou as pessoas... Tem sido mais que uma pessoa, penso eu, que, em diferentes alturas me tem ligado a solicitar, por vezes, a confirmação de presenças.

Eu gostaria de saber, que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse se deu ordens a quem está à frente desses serviços para que esse número ou mais números – não sei se há mais números nessas condições – não sejam identificados. Efectivamente, aparece número privado. Já chamei isso mais que uma vez. Penso que a senhora ou senhoras que me ligaram estão directamente ligadas, em termos de serviço, com o Sr. Dr. Paulo Veloso, porque foi-me referido por uma ou duas vezes a sua pessoa. E eu disse: “diga ao Sr. Dr. Paulo Veloso ou a quem de direito que, proximamente...”

Eu não gosto porque não tenho o hábito de atender chamadas com número privado. E eu pergunto porque é que a Câmara tem, se tem, se houve alguma ordem dada nesse sentido, para que as coisas se passem desta maneira. Eu, proximamente, devo dizer, que, se a Câmara Municipal me quiser ligar, que não me ligue com um número privado porque eu não vou atender a chamada.

Quanto a outra questão que é: mais uma vez se continua a verificar, neste Município e nesta Câmara Municipal, por ordens não sei de quem... Alguém terá de responder e acho que o Sr. Presidente será a pessoa mais indicada para o fazer. É que sucessivamente, ao longo dos anos... Não sei se isto funciona em todas as freguesias mas, pelos visto, em algumas funciona assim. É que os serviços da Câmara, as máquinas mandadas pela Câmara, os trabalhadores mandados pela Câmara, vão fazer trabalhos para uma Junta de Freguesia e um Presidente de Junta é convocado ou é pedida a sua presença para estar, para se apresentar em determinado local, porque estão lá as máquinas, para ele lá ir dar indicações. Isto dito, a chamada feita por um particular, por um município. “Porque estava lá um Sr. Eng^o da Câmara e estavam lá as máquinas da Câmara.”

Obviamente que o Sr. Presidente da Junta – e no meu entender muito bem – pura e simplesmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não apareceu. Eu, se estivesse no lugar dele, fazia exactamente a mesma coisa porque as instituições não funcionam, os responsáveis não comunicam a quem de direito aquilo que devem comunicar. E, aí, o Sr. Presidente da Câmara tem grandes responsabilidades.

Isto não é só de agora que acontece. Eu já me lembro quando estava na Vereação, isto passava-se por sucessivas vezes e passou-se durante muitas vezes. Continua, exactamente, a passar-se o mesmo. Isto passou-se na freguesia de Ervedal da Beira, nomeadamente o Sr. Presidente da Junta de Ervedal da Beira chegou a ser convocado ou chamado por um Presidente da Junta de uma freguesia ao lado: “Sr. Presidente, venha cá para nós falarmos porque estão aqui as máquinas”.

Mas, o que é isto? Um Presidente da Junta local ou um município local é que passam a dar ordens ou a comunicar para um Presidente da Junta de uma freguesia? Há aqui qualquer coisa que continua a funcionar mal. Mas, possivelmente, só funcionará mal ou desta forma em alguns sítios porque, se calhar, noutros não funciona assim.

Espero bem que isto, de uma vez por todas, Sr. Presidente, acabe. O Sr. foi eleito pelo Povo; nós todos, aqui, fomos eleitos pelo Povo. O Sr. tem que ter respeito por quem foi eleito pelo Povo. E os Srs. Presidentes de Junta, sejam eles quais forem, sejam de que côr forem, foram eleitos pelo Povo e têm um mandato pelo Povo. O Sr. tem que ter respeito por eles porque lhe merecem esse respeito.

Há um caso humanitário em Ervedal da Beira, que já se dirigiu há dois meses a esta Câmara Municipal, à Sra. Assistente Social desta Câmara Municipal. Deixou o contacto telefónico porque a Sra. não se pode deslocar nesse dia ou nessa hora para ir ver o caso que era... Há dois meses e nunca mais disse nada. Nunca mais disse nada. Se o Sr. Presidente da Câmara quiser e se se quiser dar a esse trabalho, questione por favor a Sra. Assistente Social se já foi ver o caso em Ervedal da Beira para que foi solicitada e que, até hoje, não se dignou a dar sequer uma resposta. Se, por acaso, não aparecer nos próximos dias, quem vai estar cá, nesta Câmara Municipal, no primeiro dia da reunião pública, vou ser eu mais essa Senhora. E vou pedir responsabilidades.

Quanto à questão das ditas cassetes: realmente, estamos a chegar, neste concelho, neste município, nesta Câmara, a roçar o foro... Eu, sinceramente, já não sei como vou questionar isto ou como deveria questionar isto...

O Sr. pode dizer: “a lei não me obriga a isso”, a ter as cassetes guardadas. Possivelmente não e até admito que não obrigue. Agora, que isto é uma prática por esse País fora, por tantas Câmaras Municipais, pelos próprios poderes do País...

O Sr. entendeu por bem, não sei porque razão e gostaria de saber e entender o porquê disso. Por uma questão economicista, Sr. Presidente? O Sr. está com medo de gastar o dinheiro que gasta em cassetes? Possivelmente, os cd's são capazes de ficar mais baratos... Por uma questão de receio, Sr. Presidente da Câmara? Por uma questão de receio? Quem não deve, não teme, Sr. Presidente da Câmara.

Sinceramente, estou a estranhar aquilo que se passa neste concelho, particularmente aquilo que aparece nos jornais, “a torto e a direito”. Agora é só casos judiciais por “dá cá aquela palha”. O Sr., possivelmente, é capaz de estar com alguns receios pelo meio. Se calhar, começa a ter alguns fantasmas na cabeça, Sr. Presidente. O Sr. seja leal, seja aberto com as pessoas, seja frontal e não tenha receio. Se o Sr. agir dessa forma, não tenha receios desses. Não vão ser seguramente as cassetes nem aquilo que lá fica, que lhe vão criar problemas no futuro.

Eu, só para citar um conterrâneo nosso, que escreveu num jornal e que diz o seguinte. E estou plenamente de acordo e subscrevo inteiramente o que está aqui dito porque também penso assim.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E ele diz – e cita um psicanalista – que “estar no poder dá um sentido interiormente diferente às suas paixões, aos seus desígnios e à sua estupidez, mesmo. Antes de ser ocupado – o poder – atrai e fascina. Depois de ocupado, tende a colar-se a alguns como se fosse eterno. Aí está a diferença entre Fidel Castro e Nelson Mandela”.

Muito bem, são dois exemplos muito concretos. E, depois, diz mais:

“As pessoas no poder são induzidas a pensar que, porque estão no poder, são melhores e mais capazes e mais inteligentes que o resto do mundo. Mas o desejo de poder aumenta o factor estupidez. O efeito pode ser mais ou menos, segundo o grau e a quantidade de poder e a intensidade depende também da competição pelo poder, da intensidade da competição”.

Eu acho que, para bom entendedor, meia palavra basta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar por agradecer à Mesa a justificação das minhas faltas nas duas últimas sessões. De facto, não pude mesmo estar cá porque não estava sequer no País.

Entretanto, da leitura das actas e da política local dos últimos meses, eu iria aqui referir algumas notas.

Nota positiva para os festejos do 25 de Abril. Penso que não é tarde para ainda falar nesta data pois na altura não estive cá.

Segunda nota positiva: a aceitação, pelo Sr. Presidente da Câmara, da descida do IMI no próximo ano, o que só prova que, quando se falou aqui da taxa do IMI e eu levantei a questão de que as receitas estavam a aumentar a uma média de vinte por cento ao ano, o Sr. Presidente reagiu mal e disse que era para compensar outras faltas de transferência da Administração Central. Parece que eu teria alguma razão nessa altura.

Terceira nota positiva na destreza que a Câmara pôs na recuperação das praias fluviais do Alva. Agora só espero que os técnicos tenham resolvido os problemas à resistência das intempéries, para não voltar a acontecer o que aconteceu anteriormente.

Notas negativas:

Para a decisão da destruição dos registos das reuniões do executivo. Eu penso que é um erro.

Quanto aos argumentos que vêm ultimamente, quer na comunicação social, quer nas actas, do célebre requerimento feito aqui por um colega desta Assembleia, eu penso que há aqui vários equívocos. O primeiro: diz “a Câmara ter respondido”. E eu pergunto: a Mesa não tinha a obrigação de responder? A Câmara tomou como sua a resposta da Mesa? Primeiro erro.

Disse depois “os pedidos devem ser fundamentados com indicação do interesse relevante”. Então, mas os assuntos que nós aqui tratamos não são todos relevantes?

Terceiro erro: o artigo setenta e seis do Código do Procedimento Administrativo diz que “devem os órgãos e agentes da Administração suprir oficiosamente as deficiências dos requerimentos”. É evidente que este artigo obrigava, mesmo no caso do requerimento estar mal dirigido, a que fosse rectificado pela Administração.

Outra nota negativa: as acções judiciais cruzadas. Penso que não se deve, como dizem também os jornais, judicializar a vida política. Devemos estar aqui todos “de peito aberto”. Aliás, isso indicia-nos uma intocabilidade das pessoas que não deve existir. Mas, cada um tem a sua posição. Para mim, considero isto como facto negativo.

Eu queria vir aqui hoje com uma questão de fundo, até aproveitando a pobreza da ordem de trabalhos e o facto de não ter cá estado nas últimas duas sessões. Eu diria que são dois factos políticos cruzados, mas contraditórios, e que me preocupam profundamente. Eu já tenho dito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui várias vezes e vou continuar a dizer que não sou ortodoxo em nada. As minhas duas ortodoxias são ser cada vez mais de esquerda e defender cada vez mais os valores. Isso são os meus dois únicos princípios. E aqui há uma questão política de fundo, que não tem nada de partidária. Só tem de partidário pelo facto de vir de determinada área. Mas, não o vejam nesta perspectiva.

Há aqui, ultimamente, alguma falta de ética e coerência de valores. Eu diria que se estão a agravar cada vez mais, nomeadamente na comunicação social. Eu não me vou esquecer que, em noventa e três, perdi a eleição para a Câmara e, passada uma semana, numa daquelas coincidências que o não são, encontrei o Sr. Presidente da Câmara então eleito na auto-estrada Lisboa/Porto. Disse-me coisas que eu não vou repetir aqui porque ainda hoje me manda a vergonha conservar sigilo sobre aquilo que ele me disse. Mas, o que é verdade, é que o que me disse, se confirmou.

Portanto, não há uma única obra de vulto que figure desses oito anos e, daqui a vinte anos, ninguém se lembrará da pessoa. Eu não vou mais longe porque ele não está cá neste momento. Eu, na altura, confrontei-o com a política que ele estava a fazer.

Agora, desde dois mil e um para cá, nós temos tido aqui dois tipos de política. A política do Executivo: como sabem, caminhos, subsídios, algum apoio social, o Mandanelho, a cidade. Mas, isto não me parece que tenha contribuído para o desenvolvimento. Por outro lado, a oposição. Como sabem, tem reivindicado as áreas de localização empresarial, os parques tecnológicos, o plano de urbanização da cidade, que esta está-me “atravessada” porque criaria condições para a cidade crescer. O que eu tenho aqui dito é que se exigia aqui uma política assertiva, interventiva e não expectante, que é o que nós temos tido. O que é que nós acabamos por concluir?

É que, ultimamente, temos aí na comunicação social algumas pessoas que estiveram com o Sr. Presidente da Câmara, com uma posição curiosíssima. E com argumentário de peso. Na altura diziam que as grandes obras tinham que ser pagas, que não se poderia aumentar a dívida, que o Governo é que devia fazer. Agora, como sabem, por questões de poder, defendem exactamente o contrário. Falam em políticas de desenvolvimento, pedem a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre os temas que podem condicionar o desenvolvimento do concelho, dizem que o Sr. Presidente da Câmara revela impreparação, tibieza, fragilidade. Isto é: aqueles que influenciaram a opinião pública durante os últimos anos, a favor do Presidente da Câmara, vêm agora dizer que Oliveira do Hospital continua a perder peso político e importância no contexto distrital. Mas não serão eles os culpados por esta perda de peso político? Ou não serão eles também os culpados? Esses Senhores são os mesmos que estiveram ao lado do Sr. Presidente da Câmara. Estiveram ao lado, atrás e à frente. E, agora, querem convencer a opinião pública da bondade da sua política.

Eu penso que isto, do ponto de vista ético, é gravíssimo. E é gravíssimo porque são posições completamente destituídas do mínimo de valores éticos e que não podem deixar de ser aqui, mais tarde ou mais cedo, denunciados. E porquê? Ou eles não concordavam e violavam a sua consciência, o que é grave. Ou concordavam e são, agora, forçados a mudar de posição contra as suas próprias convicções interiores. Isto, a meu ver, demonstra um tipo de política que se faz neste concelho. Eu também gostava de saber onde é que estão as convicções destes políticos, onde é que estão os valores deste concelho que, normalmente, costumam “chamar à pedra” – digamos assim – estas posições? Não estão.

O Sr. Presidente da Câmara também não pode sair daqui vitimizado porque criou estes políticos, alimentou-os, é responsável por eles terem razão em algumas críticas – não da forma como o fazem e é a forma que eu estou aqui a criticar - e é também culpado pelas opções que tem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomado, que lhes dá “margem de manobra” para agora se virarem contra si. O que está agora aqui em causa não é vitimizar ninguém nem apoiar uma facção contra a outra; é o tipo de política. Porque a juventude começa a pensar que vale tudo, que vale tudo em política. Mas, onde é que está a coerência das pessoas?

Disse aqui o Sr. António Lopes que há falta de cultura democrática neste concelho. Eu digo: há falta de formação para a cidadania. O César Oliveira dizia “o País real que eu imagina existir aqui, não é o que existe. Há má-fé, intriga, má índole, boato ou, pelo menos, abuso, ignorância e atraso cultural.”

Mas, preocupa-me ainda outro facto porque estas pessoas podem vir a ser poder no concelho. As coisas, por vezes, quando estão mal ainda podem estar pior. É recordar aqui o que aconteceu na história francesa quando o Cardeal Richelieu tomou posse do Governo, substituindo o Soberano. Nós passámos por um dos períodos mais negros da história europeia. Espero que isso não venha a acontecer.

E o segundo facto é o seguinte: em duas recentes sondagens, aqui em Oliveira, cinquenta e oito por cento dos eleitores acham que a oposição não tem condições para governar o concelho. Sessenta e oito por cento dos eleitores deste concelho acham que a actividade política da oposição em Oliveira do Hospital é má. Isto é: este Povo não sabe quem serão os candidatos da oposição. Por inverosímil pode acontecer aqui uma coligação PS, CDU e CDS, mas eles acham que não. Acham que o que está é que está bem. Isto é: estes princípios que eu acabei de referir atrás é que são os correctos. Eu não sou daqueles que acha que o Povo tem sempre razão; acho que o Povo, por vezes, engana-se. E engana-se, sobretudo, quando tem falta de ambição, está conformado e sem esperança.

Eu acho que nós, Assembleia Municipal, para mudar este cenário, devemos virar-nos para fora. Devemos virar-nos para fora e não continuar aqui a batalhar neste tipo de política. Não tenho medo de ser mal interpretado.

Só para finalizar, queria dizer-vos aqui o seguinte: no recente programa “Prós e Contras”, um escritor português radicado na Holanda disse que “os ricos têm sempre razão e, quando a não têm, os pobres dão-lha devido às suas insuficiências”. Eu acho que são estas insuficiências que levam este Povo a aceitar esta vivência.

Uma última citação de uma Senhora que escreve aqui num jornal local:

“Quem vive de cócoras, é incapaz de votar direito”.

Penso que há muito a fazer nesta área e, por isso, eu exorto aqui a Assembleia Municipal a fazermos o que fôr possível no exterior, junto das populações, para esclarecer estes pontos porque, de facto, aquilo que o Sr. António Lopes tem vindo aqui a fazer recentemente, nós fizemo-lo aqui durante oito anos e os resultados estão à vista que são nenhuns.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte intervenção:

“Queria começar por dar a informação que se realizou, no passado sábado, em Meruge, a quarta edição do Torneio Nacional de Damas, um torneio que está inscrito no calendário nacional da Federação Portuguesa de Damas, e que reuniu, mais uma vez, todos os melhores jogadores nacionais da modalidade. É pena que a comunicação social local não se interesse por este evento. É natural. Ainda não há campeões de damas no concelho mas há uma forte participação de pessoas que nos visitam, que gostam de vir a Meruge e ao nosso concelho. Creio que é um cartaz importante de propaganda da modalidade, do desporto e da nossa Terra.

Uma outra nota para deixar um alerta ao Sr. Presidente da Câmara: as situações climáticas fizeram proliferar pelos caminhos, pelas bermas, muita erva, muita vegetação. É evidente que, no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caso dos caminhos, esta situação torna-se perigosa relativamente aos incêndios porque, depois de seca, é matéria combustível. Sei que as máquinas estão no terreno pois já as solicitei para a minha freguesia e recebi essa informação. Mas, queria deixar o apelo de que as máquinas não parassem em Agosto, para férias. Esta é uma situação excepcional e, para situações excepcionais, devem tomar-se medidas excepcionais. E eu creio que o Sr. Presidente da Câmara estará sensível a essa necessidade.

Uma outra questão relativa também a um evento que se verificou em Meruge: a inauguração do espaço das novas tecnologias da informação. Ficou um espaço interessante, com material técnico de “primeira água” mas prevalece um problema, que é um problema lamentável: a ADSL. Por mais diligências que façamos, o Secretário de Estado ainda não respondeu. Estão a desenvolver-se diligências no sentido de dar resposta a uma coisa tão comezinha como é esta de não podermos ter aquilo a funcionar em pleno, para fruição da nossa população jovem e menos jovem. Porque, quando se propala que a banda larga está em todo o lado, ali, efectivamente, ainda não está.

Depois, tinha uma proposta de recomendação para ler e que tem a ver com as recentes medidas anunciadas pelo Governo relativamente ao ensino superior público que, quer queiramos quer não, vão tocar necessariamente com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

Queria ler um texto que propunha que pudesse ser colocado à votação como recomendação para que o poder político esteja sensível à necessidade de mantermos aqui a ESTGOH como pólo de desenvolvimento regional e local:

“A tomada de posição, em abaixo-assinado, de mais de um milhar de professores do ensino superior público ontem tornada pública, denunciando o perigo de asfixia e desaparecimento que correm universidades e institutos politécnicos, com a aplicação da chamada “reforma global do regime jurídico das instituições de ensino superior”, alertou-nos para o facto dessa medida envolver directamente a ESTGOH.

Um dos aspectos mais negativos da proposta de Lei do Governo aprovada no Conselho de Ministros de 05 de Maio, é a possibilidade das Universidades e Politécnicos serem transformadas em “fundações públicas de direito privado”.

De acordo com esta proposta, a autonomia das universidades e politécnicos é posta em causa, uma vez que essas fundações seriam administradas por um conselho de curadores cujos membros seriam todos nomeados pelo Governo, sendo todos obrigatoriamente exteriores à instituição e a esse conselho caberia a nomeação dos reitores das universidades ou dos presidentes dos politécnicos, fazendo depender a existência dos estabelecimentos de ensino da sua viabilidade económica.

O Governo, como representante do Estado Português, não pode transformar as suas obrigações sociais de garantia de igualdade de oportunidades de acesso e frequência do ensino superior público, em visões mercantilistas de desrespeito pelos preceitos constitucionais.

Se no actual contexto a ESTGOH tem dificuldades em se afirmar como escola de ensino superior público, a sua transformação em “fundação pública de direito privado” equivaleria à sua sentença de morte, por razões que todos facilmente compreendemos.

Nesse sentido, proponho à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, que aprove uma recomendação a enviar ao Senhor Ministro do Ensino Superior, defendendo a manutenção da ESTGOH na esfera do ensino superior público, pela importância de que se reveste para o desenvolvimento local e regional.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último, queria congratular-me com a “confissão” do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. Bem-vindo à esquerda e nunca é tarde para a gente se regenerar.”

Sobre a proposta de recomendação apresentada pelo Sr. João Abreu, tomou a palavra o Sr. Engº Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta situação só queria dizer o seguinte: tem vindo frequentemente na comunicação social esta questão e penso que o amigo João Abreu já leu as intervenções do Sr. Ministro Mariano Gago. O que o caro amigo João Abreu vem aqui dizer é uma hipótese remota. Eu chamo a atenção para leitura do Diário de Notícias, que é um jornal que eu leio todos os dias. Pode o meu caro amigo não gostar mas eu leio-o diariamente e outros jornais da comunicação social. E o Ministro Mariano Gago diz, nisto de transformar as universidades em fundações, que é um caso muito, muito excepcional e só se pode ficar mediante uma série de condições que são dadas. Eu não acredito que, na maioria das universidades portuguesas e no caso concreto da ESTGOH, isso vá acontecer. Portanto, no que me diz respeito e à minha bancada, não podemos concordar com esta recomendação.

Queria também acrescentar isto: segundo o que vi na comunicação social e na televisão sobre esta problemática das universidades, o que nós vimos em milhares e milhares de estudantes universitários e em milhares largos de professores universitários, foi uma pequena amostra, muito reduzida, de contestatários. Por isso, não sei se é significativa para uma situação que ainda está a correr e que ainda está “no adro”. Eu acho que devemos aguardar por situações mais concretas e, eventualmente no futuro, tomar alguma posição.”

Depois, o Sr. João Abreu pediu novamente a palavra para referir o seguinte:

“Não venho acrescentar grande coisa. Só dizer que gostava que o Carlos Inácio tivesse razão. Mas, a preocupação manifestada ontem pelo Conselho de Reitores de todas as universidades portuguesas – não é por qualquer escriba do Diário de Notícias –, pelo Conselho dos Presidentes dos Politécnicos e por uma subscrição pública de milhares de Professores Universitários, que entregaram ontem e que está a correr o País... Eu gostava que tivesse razão. Não tenho nenhum prazer que se acabe com o ensino superior público, muito menos em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, a Mesa colocou a proposta de recomendação apresentada pelo Sr. João Abreu à votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinco votos contra e cinco abstenções.

O Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes pediu, depois, a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“O meu voto foi de abstenção e gostaria de dar uma satisfação sobre isto. Explicar que eu gostaria de ter votado favoravelmente esta proposta. Só o não fiz por uma razão simples: porque, quando os professores do ensino básico e secundário e a escola pública foram colocados em causa por esta Ministra, não houve nenhum tipo de solidariedade do ensino superior em relação ao ensino básico e secundário. E isto é uma coisa que dói. Porque pensaram que não lhe ia chegar a eles.

E também acho que, na minha opinião, é preciso repensar todo o ensino superior. E é preciso repensar o ensino superior por duas ou três razões. Bastaria vermos o número de cursos que têm permitido e que as responsabilidades têm que ser assacadas ao Ministério da Educação. Porque autoriza os cursos, sabendo, muitas vezes, que os pais fazem grandes esforços financeiros para trazer os seus filhos a estudar e chegam ao final dos cursos sem nenhuma saída. Isto é uma vergonha.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Engº Carlos Maia:

“Eu não me absteve mas votei contra porque não se sabe exactamente o que é que se vai passar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre o ensino superior. E, nessa conformidade, estar aqui a votar uma coisa sem saber qual vai ser o desenvolvimento disso, acho que é contraproducente.

Por outro lado, quero dizer – e aí estou de acordo com o José Carlos Alexandrino – que, efectivamente, há que repensar o ensino superior. Porque, para termos vergonhas como aquilo que se tem passado neste País, ultimamente e nos últimos tempos, sobre universidades... Se calhar, tem mesmo que ser repensado isto. Já agora: é bom recordar que a grande parte deste tipo de ensino foi montado – o esquema, o negócio, porque a maior parte dele é um negócio – no tempo do Prof. Cavaco Silva.”

Terminadas as intervenções sobre esta proposta, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre as questões de funcionamento da Assembleia Municipal e do relacionamento entre órgãos autárquicos e eleitos – e sem pretender dar lição – mas, de facto, há um conjunto estabelecido de direitos e deveres e de relacionamento entre órgãos e entre eleitos. Aliás, estão consubstanciados na lei, no regimento da Assembleia. Os membros da Assembleia têm o direito a fiscalizar. Até é esta a palavra que lá está escrita. Podemos gostar muito ou pouco dela, interpretá-la de uma ou de outra maneira, mas está lá. E os eleitos têm o dever de informar os munícipes sobre a actividade autárquica e sobre a sua actividade em especial. Portanto, nesse contexto, entre nós e certamente até entre outros partidos, a solidariedade não é uma palavra vã. E não se trata, agora, de estar aqui a avaliar os actos individuais, as posições individuais do João, do António ou do Manuel. Até se costuma dizer que, quem vai à guerra, dá e leva. Mas não se trata disso. Trata-se de ser solidário quando se luta pela transparência, quando se luta pelo funcionamento democrático dos órgãos municipais. E aqui, nós da tribuna da CDU, durante anos reconhecemos aqui e creio que nem outros partidos o fizeram, que a Câmara Municipal e o Sr. Presidente em especial, davam informação, prestavam esclarecimentos. Até, às vezes, o Sr. Presidente era criticado por isso, por ser ele que respondia a tudo... e continua. E, portanto, havia essa prática. Agora, neste mandato, deixou de haver, pelo menos em relação ao eleito directo da CDU na Assembleia Municipal.

E, portanto, o debate político, a partir daí sofre. E é difícil evitar a entorse. E também é verdade que não se deve deixar resvalar o debate político para a barra dos tribunais, senão, passamos a ter aqui um juiz a presidir à Assembleia Municipal. É de bom-senso – e foi até a expressão utilizada pelo António Lopes – que se evitem estas situações porque perde o Município. Eu não acredito que haja demónios entre nós mas, se não há demónios, certamente também não há deuses. Se não há inferno, também não há céu. Portanto, perguntar não ofende, responder não compromete e quem não deve, não teme. É muito simples. Renova-se o apelo para que se retome a normalidade do funcionamento democrático, se responda a perguntas concretas com respostas concretas porque a política deve partir dos factos concretos.

E, continuando nisso, ontem fez um ano que foi aqui aprovada uma deliberação que propunha, até finais de dois mil e seis, a criação de um Observatório. Eu, pessoalmente, que fiz essa proposta e que foi aprovada por unanimidade há um ano atrás, pedi à Mesa no sentido de inquirir, junto da Câmara Municipal, o que é que se estava a passar, porque é que não é criado o Observatório. Já tinha feito essa pergunta directa, também aqui, em Abril passado. Não obtive resposta. Isto é para aborrecer a Mesa da Assembleia? Isto é para aborrecer a Câmara Municipal? Isto é para aborrecer a Assembleia? Não. É que, como se dizia quando foi da proposta – e sabemos que há problemas ambientais e de recursos naturais –, no contexto é importante dotar o sistema com alguns instrumentos capazes de agilizar o debate sobre as situações e bem assim capazes de provocar outras dinâmicas sociais – sublinho sociais – mais interventivas no sentido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da respectiva solução. Estamos a falar de problemas ambientais e ainda agora “estoirou” mais um, da poluição da Ribeira dos Cavalos. Mas há aí “aos pontapés”.

E o problema é que os cidadãos que se indignam com esta situação estão a ser obrigados quase que a fazer o papel de delatores, a ter que vir para a opinião pública uma vez, duas vezes, três vezes. E eu sou daqueles que o tenho feito porque acho que nós estamos a pagar, já hoje, com a “língua de palmo”, os atropelos brutais que se estão a fazer ao ambiente e aos recursos naturais, também no nosso concelho. E, portanto, não me tenho calado. Mas isto é incómodo. Não pelas ameaças a que já tenho sido sujeito. Ameaças claras, directas. Por acaso, não está aqui o Sr. António, de Ervedal da Beira, que assistiu. Mas não é por isso. É que, do ponto de vista da ética e dos princípios, custa. Eu estou obrigado a ser um delator ou há instrumentos que, numa questão de diz respeito ao interesse público, à saúde pública, e até ao futuro civilizacional – porque estamos a falar de futuro civilizacional –, temos que remeter-nos para as atitudes individuais e para os protestos públicos. Portanto, a criação deste instrumento era, justamente, para agilizar e para dotar a sociedade civil. Interessava mais por isto, não mais do que isto. Não é para aborrecer.

Agora, a Mesa referiu que a Câmara terá respondido. Gostaria de saber qual é a resposta, mas que se cumpra esta recomendação. Trata-se do funcionamento transparente e democrático e de relacionamento entre órgãos e eleitos.

Entretanto, devo congratular-me aqui hoje – já o fiz em Abril – por, finalmente, estar para concurso público a obra de recuperação da estrada entre Oliveira e a Felgueira Velha. Não é para ter ou deixar de ter parabéns. As minhas opiniões individuais valem o que valem, no momento em que valem, não valem mais. Institucionalmente tenho um dever, porque reconheço a perigosidade dessa estrada, particularmente na minha freguesia. Portanto, sabendo que vai a concurso público, não posso deixar de me congratular. E isso é claro: mais vale tarde do que nunca e é bom que a estrada seja recuperada.

Mas também acho que não pode ser facilitada a vida ao Governo, de se pôr fora disto. Há declarações públicas do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações. O Governo devia reclassificar essa estrada, fazer uma retoma e participar também nos respectivos arranjos. Estão previstos dois milhões de euros, a saírem dos cofres municipais, num contexto de fragilização das finanças municipais por dificuldades de transferência de verbas da Poder Central e novas competências, ainda por cima. Portanto, justificava-se, até para dignificar a política e para dignificar os próprios eleitos, que o Governo assumisse a sua responsabilidade. E acho que a Câmara deverá, até às últimas consequências, forçar o Sr. Secretário de Estado a uma resposta clara: reclassifica ou não? Comparticipa ou não? Ele que nos diga, para a gente lhe perguntar como é.

Congratulo-me, também, pela obra que está a ser feita, de recuperação dos caminhos agro-florestais na Cordinha. E eu digo Cordinha, não digo só em Vila Franca da Beira porque, de facto, a obra estende-se também a outras freguesias e porque é uma obra que diz respeito àquela zona toda. É uma obra inicial. O mais complicado estará ainda por fazer, nomeadamente a reflorestação de seis mil hectares - mais ou menos – naquela zona. Os proprietários não vão lá pôr nem uma árvore. O fogo passa de dez em dez anos, o preço da madeira está “de rastos”. Quem é que vai investir na floresta? Então, há aqui, de facto, um problema gravíssimo. E isto tem a ver com o futuro, com os recursos naturais e com a floresta. Mas, aquela parte que ainda não ardeu, é uma obra importante. E é necessário que prossiga, que se desenvolva, que se consolide nos tempos próximos e nos anos próximos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Prestar aqui um esclarecimento: de facto, houve uma dada altura – o Eng^o Carlos Maia referiu isso – que fui eu que disse ao Sr. António Jorge, do Ervedal: “venha aqui que estão aqui as máquinas da Câmara”. Porque, de facto, não queria invadir outras freguesias, fosse o Ervedal ou fosse o Seixo. O facto é que Vila Franca está encaixada, está no meio, e, quando se entra num caminho, de repente estamos na freguesia do Ervedal, de repente estamos na freguesia do Seixo. E não se vai parar por causa disso. Telefonei e o Sr. António entendeu não ir. Estava no seu direito. Mas também devo reconhecer que eu insisti, vim aqui à Câmara, e o Sr. Presidente da Câmara foi lá ao local ver. E devo dizer que, às vezes, arranjam-se problemas nos gabinetes e nós às vezes arranjam problemas nos gabinetes uns aos outros. Mas que esses problemas geralmente resolvem-se quando se vai ao terreno. E aconteceu, na visita do Sr. Presidente, que se resolveram alguns problemas. Ganha a freguesia de Vila Franca, ganha a Cordinha, ganha o Município. Eu não quero os parabéns. O Sr. Presidente certamente que também não quer. Não fizemos mais do que a nossa obrigação. Cada um faz como entender. Agora, eu entendi que devia dizer, e disse ao Sr. António: “atenção que estão aqui as máquinas e, dentro em breve, podem estar na sua freguesia. Venha ver como é que é.” Entre nós não há problema nenhum. Eu acho é que nós – os três Presidentes da Cordinha – deveríamos de facto, volta e meia e em conjunto, ver o problema da floresta, o da estrada e até o do abastecimento de água, com o Sr. Presidente. Trata-se uma questão curial, elementar, e acabamos, às vezes, por resolver, no terreno e no diálogo, problemas que às vezes criamos no gabinete sem necessidade nenhuma e que, de facto, acabam por inquinizar o relacionamento entre as pessoas.

Por último, deixava aqui um voto de protesto e de apelo, que eu passava a ler:

“A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital protesta contra o prático encerramento dos serviços públicos da Zona Agrária de Oliveira do Hospital, medida já anunciada pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, MADRP.

Por exemplo, sabe-se já, os serviços de veterinária são uns dos serviços que vão sair daqui de Oliveira do Hospital.

O prático encerramento da Zona Agrária é uma decisão unilateral imposta pelo Governo e prejudica o nosso município.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital apela, entretanto, para o Sr. Ministro da Agricultura e para o Sr. Primeiro-Ministro, no sentido de ainda reavaliarem esta situação e de manterem em funcionamento – melhorando aliás esse funcionamento – os serviços públicos da Zona Agrária de Oliveira do Hospital.”

Este era um primeiro protesto e apelo que deixava. Um segundo apelo, independentemente deste: “Tendo em conta várias notícias já veiculadas a vários níveis, é real a hipótese de encerramento do Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital.

Entre outras e problemáticas consequências, caso tal se venha a consumir, é certo que a Justiça ficará mais distante e mais cara para os oliveirenses.

Ora, eis uma situação a evitar.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vem junto do Sr. Ministro da Justiça e do Sr. Primeiro-Ministro apelar para que não sejam encerrados os serviços públicos do Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves fez a seguinte intervenção:

“Eu estive a ler as actas. O Sr. Deputado Municipal João Dinis, na sessão passada, falou aqui meia hora e bem. Não está em causa o tempo que o Sr. Deputado João Dinis falou. Está em causa como são aqui a ser geridos os tempos. Eu venho aqui, de Lisboa. Se há uma Câmara junto



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta, do Partido Socialista, que demora hora e meia, não contem comigo. Até podiam ser cinco minutos. Eu, hoje, demorei quatro horas porque houve acidentes na auto-estrada. Não estou para ser aqui pressionado e a ter que falar só metade daquilo que trazia para falar. E, entretanto, há outros colegas que falam o dobro. Portanto, o que eu estou a questionar não é o Deputado João Dinis; acho que deve haver maleabilidade para que ele fale meia hora mas deve haver também maleabilidade para que o Sr. António Lopes e eu e o Alexandrino façamos o mesmo.”

Depois, a Mesa colocou à votação a proposta de voto de protesto e de apelo sobre o encerramento da Zona Agrária de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com oito abstenções.

Em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção sobre a proposta apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis sobre eventual encerramento do Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital:

“Foi criada uma comissão inter-ministerial para analisar este assunto. Até dois mil e oito não vai haver decisões sobre isto. Há duas propostas base em relação a esta matéria. São propostas de alto nível, digamos assim. Uma delas do Observatório da Justiça e a outra da Universidade de Coimbra.

Por outro lado, o colégio de advogados de Oliveira do Hospital, em articulação com o Conselho Distrital, defende a criação de dois tribunais de circunscrição na zona NUT’s onde nós estamos inseridos, em que, eventualmente, um desses tribunais será em Oliveira do Hospital. Como sabem, Arganil também se estava a “bater” por isso.

Na minha opinião, Oliveira do Hospital não vai perder o Tribunal com qualquer daquelas duas propostas. Acho que os tribunais de comarca, como sabem, estão desadequados. Isso é reconhecido pelos Srs. Juízes, pela Ordem dos Advogados, por todos os agentes judiciais. Como sabem, havia comarcas com centenas ou milhares de pessoas. Hoje em dia, há concelhos onde estão esses tribunais que têm muito poucas centenas de pessoas. Ninguém duvida que é preciso fazer reformas. Agora, é evidente que não se podem, ao mesmo tempo, exigir reformas – aliás, foi nesse sentido a minha intervenção num jornal da região ultimamente – e não se querer que nada mexa. A direita pede reformas e, depois, não se pode mexer? Não sei como é que isso é possível.”

Sobre esta questão, interveio ainda o Sr. Prof. João Dinis:

“Quando há fumo, também há fogo. E nós já sabemos no que é que vão parar os estudos que o Governo tem feito sobre isto e sobre aquilo. Os estudos, quando são encomendados, já se sabe quais os resultados que vão dar. É assim. E há um conjunto de “mercenários” que são pagos para chegar às conclusões que antigamente lhe são ditadas. É isto que está a acontecer. E é isto que desprestigia a política. Não se trata de reformas, nem de meias reformas.

O que está ali é um apelo e é apenas um apelo para que não se feche; que se abra até outro, se fôr preciso.

Um último comentário: o Sr. começa por fazer uma profissão de fé – e eu não duvido do seu sentimento de esquerda – e agora diz que a direita pede reformas e que o Governo acede às reformas da direita?”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis sobre o eventual encerramento do Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos contra e cinco abstenções.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Só gostava de dar aqui um ponto antes de começar a ler o que tinha e que é o seguinte: parece-



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

me que nesta Assembleia, como noutras assembleias, como noutros locais, como noutros sítios, há pessoas que não querem mudar nada, mantêm-se inactivas. A vida muda, o mundo muda, a mudança é constante mas querem manter tudo na mesma e tudo inerte. Eu acho que devíamos estar mais atentos ao mundo que nos cerca e à vida que cada um de nós vai vivendo. E era bom que cada um de nós conhecesse o mundo. E que vivêssemos todos nós melhor e que conhecêssemos outros países e outras realidades, para percebermos que as coisas não são como há dez anos. Há um grande amigo meu que diz: “o mundo, no século quinze, mudava de cem em cem anos; no século dezoito mudava de cinquenta em cinquenta anos; no século vinte mudava de dez em dez e, no século vinte e um, muda-se de três em três anos”. Parece que muitos de nós não estamos atentos a essa realidade, quer cá dentro, quer lá fora.

Sr. Presidente da Câmara: tenho a certeza absoluta que o Sr. já desmentiu – mas, naturalmente eu ando desatento – sobre uma notícia, há dias, no Diário de Notícias, em que era dito que o concelho de Oliveira do Hospital andava a vender uma série de terrenos e de edifícios. Eu não acredito que isso seja verdade porque também nunca nos foi trazido nada disso aqui. Provavelmente, existe algum desmentido público e gostaria de ouvir, da parte do Sr. Presidente algo sobre esta notícia.

Em relação ao arquivo das actas, eu acho que era bom, independentemente da lei ou não, que tivéssemos uma memória futura para nós todos, para os nossos filhos e para os nossos netos, do que é que se passou aqui neste concelho e nestas assembleias, e do que é que se passou entre nós, alguns risos e outros desagravos. Era bom que ficasse isso registado. E não era um custo excedente para o Executivo e hoje há tecnologias de outro tipo que permitia que isso fosse barato.

Respondendo ao meu caro amigo sobre as vivas ao Executivo: eu acho que as vivas ao Executivo são dadas por nós quando há alturas para dar vivas. Não temos pruridos nenhuns nisso. Eu acho que também, da vossa parte, deviam dar vivas ao Governo quando faz coisas boas por este País e quando faz, por exemplo, uma coisa que é: mais competências para as autarquias e mais descentralização para as autarquias. Naturalmente – e estaremos todos de acordo – com mais transferência de dinheiro –. Penso que isso vai acontecer, esperemos que seja, no verdadeiro sentido e com transferência de dinheiro, também.

Quando à questão do número privado da Câmara – que o meu colega também falou – eu penso que é um problema que resolvem tecnologicamente e que será fácil de resolver e que não será nenhuma questão de manigância que está por detrás disso. Provavelmente, a questão dos números privados tem a ver com a central telefónica que têm aqui e será fácil de resolver.

Uma questão ainda sobre o ensino público: o ensino público financiado a cem por cento por nós todos, tem que acabar. Esta é a minha opinião e deixo-a aqui. Eu acho que as universidades, hoje, têm que pensar em construir futuro. E construir futuro é fazer parcerias público-privadas, fazer acordos com empresas e com instituições, e rentabilizarem-se também. E ligarem-se à realidade que temos, numa envolvente em torno de nós próprios. Aqui em Oliveira do Hospital, com a ESTGOH, ligada às empresas e ao nosso tecido empresarial. Agora, estar a pensar que o maná é só das contribuições de nós todos e que vai para as universidades, acho que já é tempo de acabar.

Para terminar, dada que esta é a última reunião antes de férias, espero que todos tenham uma merecidas e boas férias – que faremos todos por isso – e que, para a próxima reunião, tenhamos uma agenda muito mais rica do que esta e com mais programação do que esta teve, que é bom para o município e para todos nós.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Há pouco fiquei incomodado porque o Sr. Carlos Rocha, por quem eu nutro respeito e amizade... Fui muito rápido, eu só tinha falado dois minutos. Já me senti incomodado em algumas vezes que estive a falar. De qualquer maneira, até lhe vou dizer: eu, como sou professor de educação física e utilizo muito o cronómetro, vou pô-lo a trabalhar e conto trinta segundos atrás.

Acho que a emenda que o Sr. Dr. Rodrigues disse foi pior que o soneto. Quando foi buscar outra Câmara – que até é socialista – e que disse que fez a Assembleia numa hora e quinze minutos, fez-me lembrar os meus miúdos da escola. Quando os acuso de qualquer coisa, eles respondem sempre com o colega do lado. Eu não estava aqui para dar nenhuma lição sobre educação, se bem que percebo sobre ela.

É verdade também que eu tive conhecimento – e o Eng^o Carlos Maia disse aqui – e que me desagradou, pois também ouvi o nosso Presidente da Junta de Ervedal sobre os estradões. Acho que a intervenção foi positiva pois já há muitos anos, depois do Rallye Cidade de Oliveira do Hospital, que nunca mais lhe mexeram, na zona do Vale do Ferro e em toda aquela área.

Foi desagradável que um munícipe qualquer vá com o Sr. Presidente da Câmara visitar os caminhos e o Presidente da Junta disse que não sabia que o Sr. Presidente da Câmara lá estava. É extremamente desagradável.

Depois, ia fazer aqui uma proposta sobre o Regulamento do Mérito Desportivo. Há uma situação desagradável e eu, como sabem, já falei nisso e já tive oportunidade de também falar aqui sobre a Escola do João Veloso. Eu queria propor aqui um voto de louvor à Escola do João Veloso, que se sagrou campeã distrital de escolas, com um excelente trabalho.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta de voto de louvor à ARCED – Associação Recreativa Cultural Escolas Desportivas João Veloso – por se ter sagrado Bi-Campeã Distrital de Futsal Escolas Desportivas 2006/2007, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino retomou a palavra:

“Outra proposta e recomendação que gostaria que fosse votada aqui na Assembleia era o seguinte: há um prémio, há um regulamento de mérito desportivo, que diz que as equipas que se sagrarem campeãs nas diferentes modalidades têm cinquenta por cento do subsídio atribuído à Câmara. Neste momento, a Escola do João Veloso – já foi aqui discutido – não tem nenhuma verba atribuída. De qualquer maneira, como os miúdos também são do nosso concelho, acho que, excepcionalmente... Eu sei que cinquenta por cento de zero é zero. É fácil de fazer as contas. Mas eu gostaria de recomendar que, de uma forma excepcional este ano, esta Assembleia deixasse uma recomendação ao Sr. Presidente e à Câmara para que isto fosse alterado.”

Face a esta proposta, o Sr. Carlos Rocha prestou o seguinte esclarecimento:

“Há um regulamento e nós não podemos deliberar contra um regulamento que já aprovámos. Não há revisão nenhuma do regulamento proposta pela Câmara Municipal. Quanto à fixação de um subsídio excepcional pela Câmara Municipal, era preferível os Srs. Vereadores do Partido Socialista fazerem essa proposta. Nós não temos poder nenhum para fixar subsídios, uma vez que é uma matéria exclusiva da Câmara.”

Prosseguindo, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino referiu:

“De qualquer maneira, deixo essa recomendação, até porque, na minha opinião, os miúdos tiveram muito mérito, são do nosso concelho e acho que era importante que fossem distinguidos pela Câmara Municipal.

Gostaria de deixar aqui umas notas: o desporto, hoje, é um fenómeno mediático e nós,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

felizmente, temos alguns casos positivos. Houve duas equipas que, neste fim-de-semana, se sagraram vice-campeãs nacionais. E pode parecer que até é demérito porque as duas eram campeãs nacionais. Estou a falar do Sampaense a nível da PROLIGA, que ganhou três campeonatos seguidos e cedeu agora para o Vitória de Guimarães. Mas sagrou-se Vice-Campeã Nacional.

E o Futebol Clube de Oliveira do Hospital, Infantis, em Hóquei em Patins, que também perdeu para o Futebol Clube do Porto. Não se deslustra, com certeza, mas também se sagraram Vice-Campeões Nacionais. Ser Vice-Campeão Nacional é um feito, mesmo assim, extraordinário. Se o nosso concelho tivesse muitos vice-campeões nas suas diversas áreas, era importante para nós em termos de auto-estima e da afirmação do nosso concelho no exterior.

Por isso, também gostaria de propor aqui um voto de louvor e de reconhecimento ao trabalho feito por estas duas equipas.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação a proposta apresentada pelo Sr. Prof. José Carlos Alexandrino no sentido de serem aprovados votos de louvor e de reconhecimento à equipa sénior de basquetebol da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense pela conquista do título de Vice-Campeã Nacional da Proliga 2006/2007, bem como à equipa de Infantis de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, por se ter sagrado Vice-Campeã Nacional 2006/2007, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Depois, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, prosseguiu a sua intervenção:

“Querida ainda recordar duas situações ao Sr. Presidente da Câmara.

Sei que a Câmara adquiriu uma casa junto à padaria, na Quelha de São João, junto à Rua Xavier Gouveia. Foi bem comprada, sem dúvida nenhuma. Mas, gostaria de saber quando é que está a pensar fazer as obras pois, na minha opinião, há lá uma situação de saúde pública uma vez que existe lá uma casa-de-banho que deita um cheiro nauseabundo para o exterior.

Depois, voltava a uma reivindicação, na minha opinião justa, e de aspiração da Cordinha que era a construção das piscinas daquela zona. E explico porquê: eu aprendi a nadar no Rio Seia. E aprendi a nadar no Rio Seia quando a água era límpida. Hoje, ninguém toma banho no rio Seia nem no Rio Mondego. Portanto, aquela zona, em relação ao Alva e à zona central do concelho, está desprotegida nestas infra-estruturas. E, por isso, mais uma vez deixava aqui o apelo, até porque há um quadro comunitário, onde pode haver candidaturas. Penso que é altura de, para o ano, o Sr. Presidente lançar isso no Plano e no Orçamento.

E tenho dito. Oito minutos e sete segundos.”

Interveio, depois, o Sr. João Esteves para fazer a seguinte proposta:

“Já foi aqui referido pelo Sr. António Lopes mas eu não queria deixar passar isto sem dizer umas palavras. O Prof. José Carlos falou há pouco no mérito desportivo e nós temos, no nosso concelho, uma equipa que foi campeã distrital de iniciados de Futsal. Tenho aqui uma proposta que vou ler:

Tendo em conta os bons resultados desportivos alcançados pela equipa de Iniciados de Futsal da Sociedade Recreativa Ervedalense, campeões distritais e vencedores da Taça da Associação, Proponho um voto de congratulação e reconhecimento por tal facto desportivo.”

Feita esta proposta, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia Municipal:

“Antes de vir para aqui, para esta Assembleia, estava em casa, sossegadamente, a ler as memórias do Prof. José Hermano Saraiva. E, então, a dada altura, num texto, dizia José Hermano



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saraiva: “nos meus madrigais da pirotecniã mental”. E parece-me que aqui hoje, nesta Assembleia, também aconteceu um bocado de pirotecniã mental, nomeadamente no que diz respeito a algumas intervenções que eu ouvi aqui dos Srs. Membros da Assembleia. Desde iniciativas do Executivo que se procura dar a entender que são de outrem, até muitas outras coisas que, entretanto, se foram falando, nomeadamente quanto às máquinas que foram para o Ervedal sem o conhecimento do Sr. Presidente da Junta. Não é verdade! Eu tenho pena que o Sr. Presidente da Junta não esteja aqui e lamento que haja um membro da Assembleia a falar em nome do Presidente da Junta, quando ele tem oportunidade de vir aqui a esta Assembleia e dizer o que tem a dizer sobre essa matéria. Fico esclarecido, ou poderei ficar esclarecido, quanto à personalidade do Sr. Presidente da Junta porque, se eu fosse Presidente da Junta, não permitiria a ninguém que viesse a um órgão destes falar em meu nome. Seria eu próprio a expor o que tinha a expor relativamente àquilo que se passasse, fosse em que matéria fosse. Mas eu já estou habituado a que alguns, provavelmente não tendo mais matéria para abordar, também queiram assumir o papel de Presidentes da Junta. Mas não são.

Quanto à questão das chamadas telefônicas e dos números privados, quero dizer o seguinte: nós temos um sistema GSM, onde temos os cartões. Assim, quando é feita uma chamada, é imediatamente encaminhada e o número não aparece visível por causa de não obstruírem o sistema ao nível dos números de telemóvel. E, por isso, é que aparece número privado. Porque, se ligarem para um número fixo aparece o número da Câmara, caso seja para um móvel, aparece como privado. É esta a razão. Mas é muito simples: é uma simples alteração na central e, imediatamente, aparece o número visível. Não há aqui “nada na manga”, está tudo muito claro sobre essa matéria.

Mas, ainda sobre a questão dos caminhos, quero dizer ao Sr. Eng^o Carlos Maia o seguinte: foi dito ao Sr. Presidente da Junta de Ervedal da Beira, no meu gabinete e por solicitação dele por causa, nomeadamente, do caminho de acesso ao Vale Ferro que estava intransitável, foi-lhe dito que estava agendada uma intervenção na zona sul e que, logo que essa intervenção acabasse, a máquina iria para lá fazer esse trabalho. E, entre esta conversa que houve com o Sr. Presidente da Junta e aquilo que aconteceu na prática, mediou um período de cerca de oito dias. Por isso, não é verdade que as máquinas foram para lá sem o seu conhecimento. Mais ainda: por aquilo que eu fiquei a saber aqui hoje, que quem ligou para o Sr. Presidente da Junta do Ervedal, foi o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca. Até foi um colega. Mais ainda, o Sr. Secretário da Junta de Freguesia – que está aqui nesta Assembleia – veio aqui falar comigo para dizer que as máquinas andavam a trabalhar no Ervedal “a mando” dos particulares. Eu respondi-lhe que não podia ser e chamei o Sr. Eng^o Florestal – que também está aqui – e, na sua presença, foi esclarecida essa questão. Portanto, isto não é verdade.

Sobre a questão do caso humanitário do Ervedal – que não faço ideia de que caso é – queria dizer ao Sr. Eng^o Carlos Maia que os casos humanitários não são tratados pela Câmara; quem entra em primeira instância não é a Câmara mas a Segurança Social. Mais ainda – e daqui a pouco irei falar sobre isso – nesses locais existem técnicos de serviço social que fazem atendimento e que dão informações sobre a situação social das pessoas que residem na zona. Como digo, não sei de que caso é que se trata e a única coisa que eu sei e que aqui posso dizer é que, sempre que recebo uma carta de qualquer pessoa a solicitar o que quer que seja no domínio social, o meu despacho é sempre o mesmo: à técnica para informação com carácter de urgência.

Naturalmente que eu não vou aqui perder tempo a falar de questões de cassetes. Sobre isso já disse o que tinha a dizer e no local próprio. Portanto, aqui não tenho nada a dizer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas fiquei um bocado preocupado porque já vi que, efectivamente, sou um político que não pertença à “divisão” do Dr. Rodrigues Gonçalves. O Dr. Rodrigues Gonçalves está numa “divisão superior”, no domínio da política. Eu gosto de estar nesta “divisão”, a dialogar com o Povo, a falar com o Povo, a explicar ao Povo quais são as políticas, a dizer o porquê das opções e das prioridades. Eu vejo-me e revejo-me muito bem neste papel. Cá irei continuar a minha tarefa, tarefa de que fui incumbido por força de um desfecho eleitoral. Irei continuá-la com a mesma capacidade, com a mesma dinâmica, com o mesmo empenhamento, com a mesma disponibilidade, com uma capacidade de luta redobrada para que aqueles que, efectivamente... Eu costumava ter no meu gabinete na Escola uma citação que era assim: “longa vida para os meus inimigos, para que assistam de pé às minhas vitórias”. Portanto, continua a ser essa a minha mensagem: uma longa vida a todos aqueles que são meus inimigos, no domínio pessoal ou no domínio da política, para que possam assistir de pé às minhas vitórias. E, por isso, vou continuar a ter esta postura porque...”

Seguidamente, a intervenção do Sr. Presidente foi interrompida devido ao facto de alguns membros da Assembleia Municipal pedirem a palavra, tendo o Sr. Carlos Rocha informado que a Mesa já tinha deliberado que, depois do Sr. Presidente da Câmara, não haveria lugar a mais nenhuma intervenção no período antes da Ordem do Dia.

Depois, dada a respectiva indicação por parte da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara prosseguiu: “É evidente que, quando eu estou a falar em termos de inimigos, neste contexto são adversários, necessariamente. Não estou a coloca o papel naquele inimigo que – usando uma expressão forte – anda de arma na mão à minha procura para me abater. Nós estamos no domínio da política, estamos no domínio da palavra e é nesse domínio que estou a fazer a minha intervenção. Aquilo que eu disse, julgo que não choca, não ataca, nem melindra ninguém. Eu ouvi toda a gente. Toda a gente disse o que quis e o que lhe apeteceu, utilizou a linguagem que entendeu mais adequada e não fiz qualquer comentário.

Eu, hoje, ouço falar muito na judicialização da política. É uma expressão que, hoje, é muita cara a algumas pessoas. Ouvi também aqui dizer “a pobreza da ordem de trabalhos”. Ou seja, discutir o Plano Operacional Municipal não é importante para o concelho, a floresta não é importante, deixe-se arder porque não é importante. E discutir aquilo que é a caracterização social do concelho também não é importante, deixem-se andar os excluídos socialmente. Isso não é importante para o concelho. Fiquei entendido sobre essa matéria, nomeadamente das intervenções do Dr. Rodrigues Gonçalves e do Eng^o Carlos Inácio.

Queria aqui dizer que o Executivo irá continuar a ter as suas políticas neste domínio, quer seja no domínio do ambiente, quer seja no domínio social, quer seja no domínio do desenvolvimento, do desporto, da cultura. E, por isso, estamos a trabalhar e estamos tranquilos porque o “ruído” que vai havendo, não nos afecta. Gostaria de dizer que o “ruído” que vai havendo, nomeadamente na comunicação social, não nos afecta. Continuamos tranquilos, a desenvolver o nosso trabalho, de acordo com aquilo que é o nosso projecto e que são as nossas ideias. E, volto a dizer aqui, aquilo que disse na primeira Assembleia: “não estamos aqui para governar com o programa de ninguém”. Estamos aqui para governar de acordo com o nosso programa; estamos aqui para governar de acordo com aquilo que são as nossas ideias relativamente ao desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital.

O Sr. Deputado João Abreu falou aqui no problema da vegetação espontânea, nomeadamente nos caminhos, e que deviam ser tomadas medidas excepcionais. Mas, por aquilo que ouvi aqui hoje, isto não é importante. Eu queria dizer que a Câmara tem três tractores com corta-sebes que não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazem outra coisa durante todos os dias nos caminhos florestais e nas estradas municipais.

Falou aqui de uma outra coisa que me parece extremamente importante e que é a questão da banda larga em Meruge. Acho que deve ser considerada por quem de direito.

Quanto à questão, mais uma vez focada aqui pelo Sr. Prof. João Dinis, sobre o Observatório do Ambiente, eu gostaria de dizer o seguinte: não é com observatórios que resolvemos os problemas; é com a actuação das autoridades. E está provado, nomeadamente nestes tempos, que as autoridades não estão a actuar em conformidade com aquilo que devia ser a sua actuação. Foram comunicadas algumas situações ao Departamento do Ambiente da CCDRC, foram comunicadas à ASAE. Eu espero, sinceramente, que as autoridades actuem porque as situações já lhes foram comunicadas.

No que respeita à questão da estrada entre Oliveira e Felgueira Velha, é verdade que está a concurso. Há outras estradas e outras obras que, brevemente, também vão aparecer a concurso: o fórum romano da Bobadela, o Largo Ribeiro do Amaral, a Biblioteca Municipal – se não continuarem as obstruções que têm existido no IPLB –, pequenas redes de saneamento e de água, entre outras. Há muito a fazer. Da nossa parte, vontade não falta e espero que dinheiro também não.

E até fiquei surpreendido porque pensei que alguém fosse falar da situação financeira da Câmara. Mas, aqui, é mais fácil falar do que há de negativo do que do que há de positivo.

E eu até trouxe uma revista da DECO – a PROTESTE de Julho/Agosto de 2007 – que elogia o site do Município de Oliveira do Hospital no que respeita à divulgação das análises que são feitas à água. Portanto, Oliveira do Hospital tem muita coisa positiva mas, como dizia São Tomé: “cego não é aquele que não vê mas aquele que não quer ver”. E, aqui em Oliveira, há muita gente que não quer ver.

Sobre a questão que o Eng^o Carlos Inácio colocou sobre a venda de património, quero dizer que não se vendeu qualquer património em dois mil e cinco. É um erro do estudo que foi atempadamente comunicado, quer ao Director do jornal Diário de Notícias, quer à Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Gostava ainda de dizer o seguinte ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves sobre a questão do IMI. O Sr. falou no abaixamento do IMI. Então, mas porque é que o Governo não tem isso em atenção? Porque é que o Governo estancou as receitas para as autarquias? O Governo dever-se-ia preocupar em aumentar as verbas para as autarquias. Mas não, manteve e irá manter até dois mil e nove porque, depois de dois mil e nove, não se sabe ainda o que vai acontecer. Por isso é que eu disse – e disse-o com cautela – que, se a situação nos permitir, traremos uma proposta para baixar o IMI. Agora, a autarquia não pode perder receita, ou seja, temos que, pelo menos, manter a receita que tínhamos. Não podemos baixar os níveis de receita, nomeadamente quando sabemos que ao nível de taxas, licenças e outro tipo de receitas, têm vindo a baixar gradualmente. Portanto, temos que manter em determinado tipo de impostos e de receitas. O que eu acho é que, ponderadamente, devemos estudar o processo e, se nos permitir, cá estaremos para fazer uma proposta no sentido de se baixar, nomeadamente, o IMI. Até porque, como sabe, devido à situação que o País atravessa, a receita de IMT tem vindo a baixar em quase todos os municípios.

Sobre a questão da casa da Rua Xavier Gouveia, queria informar que a Junta de Freguesia procedeu à sua aquisição com um subsídio atribuído pela Câmara Municipal e que foi dito por mim ao Sr. Presidente da Junta que, quando tivesse oportunidade, mandaria lá funcionários da Câmara para proceder à demolição da mesma. O que aconteceu é que surgiram alguns



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas, como o caso de um muro em Nogueirinha que cedeu com as chuvas e que tem que ser recuperado com urgência.

Julgo que, de uma maneira geral, respondi a todas as questões que me foram colocadas pelos membros desta Assembleia.”

Terminados os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, foi pedida a palavra por alguns membros, tendo a Mesa informado novamente que não haveria mais nenhuma intervenção neste período.

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia Reunião/Evento

- 02.MAI.2007 Reunião com o presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis
- 07.MAI.2007 Reunião com o Director Regional do IPPAR
- 07.MAI.2007 Reunião com a Direcção da ADESA e Assembleia Geral da ADESA
- 08.MAI.2007 Reunião com a empresa Bernardo & Bernardo
- 14.MAI.2007 Reunião no Governo Civil de Coimbra – expansão da rede de Lojas do Cidadão
- 14.MAI.2007 Cerimónia de entrega de livros no âmbito do Plano Nacional de Leitura
- 17.MAI.2007 Reunião do Conselho Municipal de Transportes
- 17.MAI.2007 Assinatura de protocolo com a CAULE – cedência de instalações
- 21.MAI.2007 Reunião com empresário
- 22.MAI.2007 Reunião com a CCDRC, acerca da revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital
- 22.MAI.2007 Reunião na ARS Centro com a administração da FAAD
- 25.MAI.2007 Apresentação da revista Ipsi Verbis
- 28.MAI.2007 Reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal em Arganil
- 29.MAI.2007 Assinatura de protocolos com as Juntas de Freguesia do Seixo da Beira, Lagos e Lajeosa
- 29.MAI.2007 Reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
- 30.MAI.2007 Reunião com o Director Distrital da Segurança Social em Coimbra
- 30.MAI.2007 Inauguração da remodelação da sala de electrónica e mecânica na EPTOLIVA
- 30.MAI.2007 Debate “A importância das escolas profissionais no mundo do trabalho “ na EPTOLIVA
- 31.MAI.2007 Recepção à embaixadora do Paquistão em Portugal
- 31.MAI.2007 Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios do Planalto Beirão
- 31.MAI.2007 Visita à ETAR de Oliveira do Hospital com o administrador das AZC
- 05.JUN.2007 Reunião da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte na Lousã
- 05.JUN.2007 Apresentação do livro do Pré-Escolar sobre o Ambiente, na Casa da Cultura César de Oliveira
- 06.JUN.2007 Reunião com a Obra D. Josefina da Fonseca
- 06.JUN.2007 Reunião com a Direcção da Associação Recreativa, Cultural e Social da Moita
- 06.JUN.2007 Reunião com a Direcção da Liga Recreativa dos Amigos das Caldas de São Paulo
- 07.JUN.2007 Inauguração do Espaço Internet de Meruje
- 20.JUN.2007 Entrevista com uma técnica da empresa SPI – Estudo de Desenvolvimento Estratégico do Pinhal Interior Norte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 21.JUN.2007 CLAS da Rede Social
21.JUN.2007 Recepção das selecções femininas do Basquetebol nos Paços do Município
28.JUN.2007 Sessão Pública de apresentação do Programa Empreender +

Depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto Ponto de Situação

- Rotunda da Central de Camionagem, com ligações à Ex- EN 230 nas direcções Norte e Sul e ainda à Rua D. Josefina da Fonseca, em Oliveira do Hospital - Homologada a candidatura apresentada à Medida I.1 do P.O. Centro e entregue o relatório final de execução do projecto
- Caminho do Borrallhal, com ligação à Quinta Pica, em Lagares da Beira - Homologada a candidatura apresentada à Medida I.1 do P.O. Centro e entregue o relatório final de execução do projecto
- Rectificação e Pavimentação do Caminho Alentejo / Alvôco das Várzeas - Entregue o relatório final de execução do projecto candidatado à Medida I.1 do P.O. Centro
- Ruínas Romanas de Bobadela – Anfiteatro Romano, Recuperação e Criação de Condições de Visita - Apresentada candidatura à Medida III.9 do P.O. Centro

Seguidamente, o Sr. António dos Santos Lopes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: “O que eu queria dizer aqui em resposta ao que o Sr. Presidente disse, é que também há para aí uma máxima que diz que, quem não tem inimigos, não é digno de ter amigos.

Quanto ao resto, eu acho que sim, que são importantes estes dois pontos mas eu não tenho ali nenhum documento sobre eles. Não tenho nenhum documento, nem sobre floresta, nem sobre nada.

Portanto, também estou como dizem estes Senhores. Também tenho mais que fazer.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apresentação do Plano Operacional Municipal do ano 2007 –, tendo o Sr. Presidente começado por explicar que este documento tem a ver com tudo o que são os recursos disponíveis para situações críticas que possam vir a acontecer no corrente ano em Oliveira do Hospital. Depois, o Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Técnico Florestal, Sr. Engº José Carlos Marques que fizesse, então, a apresentação do Plano:

“Como o Sr. Presidente da Câmara falou há pouco, vamos apresentar o Plano Operacional Municipal, que aprovado há um mês pela Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Em tempo oportuno foi enviado à Direcção-Geral de Recursos Florestais, ao Centro Distrital de Operações de Socorro e à Guarda Nacional Republicana. Como o Sr. Presidente disse, há pouco, retrata o que o Município fez e pretende fazer nesta época de preparação contra os incêndios.”

Seguidamente, procedeu à apresentação de diapositivos que continham a seguinte informação:

- Enquadramento do concelho;
- Histórico e causalidade dos incêndios florestais;
- Número de ocorrências e área ardida (1980-2004);
- Recorrência de incêndios (1990-2005);
- Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências (1980-2006);



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média do quinquénio 2001-2005, por freguesia;
- Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média 1996-2005;
- Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média 1996-2005;
- Distribuição dos valores horários acumulados da área ardida e do número de ocorrências (1996-2006);
- Distribuição da área ardida por espaços florestais (1996-2006);
- Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2001-2006);
- Análise do risco de incêndio;
- Áreas protegidas;
- Execução de trabalhos de defesa da floresta contra incêndios;
- Trabalhos efectuados pela bulldozer;
- Trabalhos efectuados pelas motoniveladoras;
- Actividades realizadas no âmbito da sensibilização;
- Organização do dispositivo DFCI;
- Meios e recursos disponíveis de vigilância, detecção, primeira intervenção e combate;
- Procedimentos de actuação durante o período crítico – Junho a Setembro;
- Directiva operacional nacional;
- Esquema de comunicação às equipas de sapadores florestais do alerta amarelo, laranja ou vermelho;
- Sectores de defesa da floresta contra incêndios no concelho;
- Equipas de combate a incêndios (ECIN) afectas às corporações de bombeiros;
- Inventário de equipamento e ferramenta de sapador por entidade;
- Maquinaria pesada;
- Dispositivos operacionais – Funções e responsabilidades;
- Procedimentos de actuação alerta amarelo e laranja.
- Localização dos meios aéreos.

Depois da apresentação do Plano Operacional Municipal do ano 2007, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Já há bocado tinha falado na obra de recuperação, de abertura e de reabertura da rede de caminhos agro-florestais enquanto vias de penetração na floresta. Não são aceiros. É difícil uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rede de aceiros na nossa floresta, devido às características fundiárias, da pequena parcela. Mas, pelo menos, os pequenos caminhos estão a ser – e o apelo é para que continuem a ser – alargados, melhorados, para que se permita um acesso rápido.

Porque há dois ensinamentos muito antigos, de muita experiência, que continuam inteiramente válidos. Um é que em caso de incêndio, principalmente à noite, o primeiro a ser chamado devia ser o silvicultor mais antigo dos aglomerados populacionais em cujas imediações começa a lavrar o incêndio, porque conhece a floresta e conhece a rede de acessos. E o problema é que à noite – e até de dia – os bombeiros não conhecem. Mesmo os bombeiros daqui. Outra coisa é que o incêndio controla-se quando pode ser apagado com os pés. Isto significa: quando é facilitada a primeira intervenção.

Aqui há um Plano mas, às vezes, melhor que os Planos bem elaborados, são os avanços que se fazem na prática. É difícil acompanhar ao detalhe muitas das coisas que ali estão. É impossível. Continuo a dizer que, dada a natureza do assunto e a importância que tem, exige um desdobramento de debate, de ação de formação e de troca de opiniões. Eu, por exemplo, continuo sem saber exactamente onde estão sedeadas as equipas de sapadores, de primeiro ataque, quem são os vigilantes, onde é que estão. E isto, depois, falha. Eu acho que – e refiro-me à zona da Cordinha – esta situação devia ser vista mais em detalhe. Porque, por exemplo, na Cordinha, há duas zonas distintas.

Tem que haver uma intervenção por parte do Estado, das autarquias, respeitando, naturalmente, os direitos dos proprietários e a vontade dos proprietários, que precisam de ser convencidos de que isso vale a pena. Portanto, há necessidade de criar uma dinâmica com vencimento, que não é fácil.

E, nessa zona, era altura de rasgar caminhos “a doer” porque agora é mato e pedras. E o problema magno que vai ser o da reflorestação, por quem, quando e como. Neste lado do Seia nota-se que há uma recuperação natural espontânea: os carvalhiços, carvalhos, que é a nossa vegetação original. Vamos ter aí essa reflorestação. Se aquilo tivesse uma intervenção nesse sentido, se fosse reconduzido, nós tínhamos ali uma coisa importante.

Do outro lado, ainda há árvores por arder, floresta ainda de pé. Aí também exige uma intervenção. E os proprietários não vão limpar e a GNR não vai multar ninguém. Ali também é uma coisa muito trabalhosa e muito difícil.

Eu termino propondo que se vá ao terreno, que se faça uma reunião, que se converse, que se saiba, coisas muito práticas.

Porque, por exemplo, a ANAFRE fez um protocolo com o Ministério da Agricultura ou com o Ministério da Administração Interna para fornecerem às freguesias kit’s de primeiro ataque, sem a viatura. Depois, quem é que vai andar com ele? Isto é dinheiro público. A Comissão Municipal devia coordenar um pouco esta situação.

Outra coisa é que há gente, nomeadamente pastores e tractoristas, que conhece muito bem a rede de caminhos e que deram uma preciosa ajuda em 2005, evitando que o incêndio se propagasse em algumas zonas críticas. Contando com essa gente, criar também unidades de primeiro ataque e de defesa dos incêndios.”

Sobre este ponto, o Sr. Presidente da Câmara deu o seguinte esclarecimento:

“Da parte da Comissão Municipal houve todo o cuidado na inventariação de todos os recursos disponíveis no que diz respeito à organização do Plano, bem como nas competências de cada equipa de vigilância. Nomeadamente, na zona de Vila Franca, Ervedal e Seixo, há uma viatura todos os dias, desde as oito horas às vinte e quatro, com dois bombeiros permanentemente. Essa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

viatura tem um kit de primeira intervenção para actuar logo que detecte um foco de incêndio. Da parte da Câmara houve o cuidado de contratar bombeiros para esse serviço, que soubessem bem trabalhar com o equipamento. Há um outro acordo entre as nossas duas associações de bombeiros no que diz respeito ao comando operacional, no sentido de, quando surgir uma situação de incêndio, contactarem uma com a outra de imediato, para que o ataque seja com o máximo de pessoal. Além disso, temos as equipas de sapadores que também têm kit's de primeira intervenção e que estão aptos para trabalhar nesse sentido.

Há um outro aspecto essencial, que deverá ser tomado em maior conta no próximo ano, e que é a utilização dos jovens do Programa Férias Ocupadas para também fazerem vigilância. Julgo que isso é importante, quer pelo aspecto de vigilância, quer pela capacidade de dissuasão das pessoas, nomeadamente ao nível do espaço territorial das freguesias.”

Tivemos também a ocasião de ver a inventariação de todos os meios pesados que estão disponíveis. A ADESA candidatou-se ao Fundo Florestal Permanente para proceder à aquisição de mais uma bulldozer. Espero que a candidatura venha a ser contemplada. Mas, independentemente de ser ou não aprovada, a Direcção da ADESA já decidiu efectuar as consultas com vista à aquisição dessa máquina. Portanto, brevemente, a ADESA ficará equipada com cinco máquinas para arranjo de caminhos no período mais sossegado e para ajuda no combate a incêndios e abertura de aceiros no período mais quente.

A questão da reflorestação é importante mas julgo que deverá passar por uma sensibilização junto dos proprietários e, talvez, por um estímulo criado pelo próprio Governo no sentido de dar algum apoio para que as pessoas possam proceder a essa reflorestação.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Caracterização da Rede de Protecção Social Concelhia –, tendo o Sr. Presidente da Câmara feito a seguinte intervenção:

“Caracterizar a rede de protecção social concelhia, ou se quisermos, a rede social concelhia, é perceber em que medida e de que forma se estruturam e inter-comunicam entidades privadas sem fins lucrativos e entidades públicas com trabalho na área social. É descrever o trabalho, os objectivos e as acções levadas a cabo por estes organismos, de forma organizada e estruturada, bem como avaliar os resultados desse mesmo trabalho, perspectivando e priorizando as opções futuras.

O trabalho realizado em Oliveira do Hospital, na área da acção social, e nos últimos anos, permite classificar o concelho como bem dotado de uma eficaz rede de equipamentos sociais da rede solidária, capaz de responder positivamente às necessidades mais prementes dos mais desprotegidos e, habitualmente, mais necessitados: as crianças e os idosos.

1. Equipamentos, Valências e Taxas de Cobertura:

De acordo com os últimos dados recolhidos pelo sistema de informação da Rede Social, bem como da Carta Social, existem em Oliveira do Hospital 20 IPSS's com valências na área da acção social.

Ao nível da sua distribuição espacial, e especialmente ao nível da distribuição por valências, o concelho observa uma cobertura praticamente integral do seu território.

No que se refere à valência de Lar para Idosos, pode dizer-se que o concelho se encontra totalmente coberto, estando o maior problema concelhio, no que a este tipo de valência se refere, identificado em sede de Diagnóstico Social, em vias de resolução através da construção de um Lar localizado na zona norte do concelho, que se encontrava praticamente a descoberto.

Não referenciados no mapa, dado se tratarem de equipamentos do sector privado lucrativo, mas também dignos de nota, são os Lares de S. José, em Nogueira do Cravo, já em funcionamento, e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Lar de S. Paio de Gramaços, que se encontra a um passo de abrir portas. Ainda que não directamente, estes equipamentos poderão contribuir para a “saúde” social do concelho, ao cumprirem uma função de libertação de vagas nos lares do sector não lucrativo para aqueles que menos podem e, conseqüentemente, menos opções têm.

As necessidades concelhias, neste momento, prendem-se não com a necessidade de Lares para Idosos, mas da existência nos mesmos de vagas específicas para dependentes e grandes dependentes. Como é sabido, os idosos atrasam até ao limite do fisicamente possível, a institucionalização, quer por vontade própria, quer pela existência no concelho de uma rede de cuidados, na qual se integram os Centro de Dia e o Apoio Domiciliário. Assim, quando é realmente necessária a entrada em Lar, dado já não existir outra forma de apoio adequada, esbarram com a falta de vaga ou com a recusa do equipamento em receber acamados. Esta é, por tal, a necessidade mais premente do concelho ao nível dos mais idosos: a dinamização de uma rede de prestação de cuidados continuados, que poderá passar pela dotação das valências existentes de lugares específicos para dependentes, em paralelo com um serviço de apoio domiciliário integrado que assente mais na prestação de cuidados na área da saúde e, desta forma, permita o retardamento da institucionalização. Esta é a solução preconizada ao nível da Rede Social concelhia, inscrita em Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social, e não tanto a criação de um equipamento específico para a colmatação desta necessidade, essencialmente pelos custos de manutenção que uma estrutura deste tipo acarreta. A opção pela inclusão em Lar de uma parte específica para grandes dependentes está já a ser implementada numa IPSS do concelho, a Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, com o apoio da autarquia.

No que se refere às valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, o grau de cobertura é ainda superior.

Em relação aos Centros de Dia, e às freguesias onde os mesmos não existem, o serviço é assegurado pelas IPSS's das freguesias contíguas, através de um sistema de transportes. Em Lagos da Beira e Vila Pouca, no entanto, e tendo sido diagnosticada a necessidade de equipamentos nas localidades, para evitar o desenraizamento dos utentes, bem como a existência de um público-alvo cujo volume justifica a sua existência, estão a dar-se passos no sentido da sua construção. No entanto, há que ter algum cuidado, já que a criação destes serviços em todas as freguesias, sem um estudo aprofundado à volta da sua real necessidade e sustentabilidade, poderá significar a falta de rentabilidade dos mesmos e daqueles que anteriormente prestavam o serviço. Apenas uma excepção: a necessidade premente do incremento desta resposta, eventualmente com outras características que o aproxime mais de um Centro de Convívio, na sede do concelho, existindo apenas uma Instituição a prestar este serviço e sem apoio da Segurança Social.

No que concerne ao Serviço de Apoio Domiciliário, o grau de cobertura é praticamente a 100%, sendo assegurado por IPSS's vizinhas quando o mesmo não existe na freguesia. Aliás, a Taxa de Cobertura concelhia, em relação a esta valência, é a terceira mais alta do distrito, sendo superior, em mais de 3 pontos percentuais, à média distrital. Na área dos idosos, aliás, esta é uma situação que se verifica em relação às três valências referenciadas.

No que respeita às valências de apoio à Infância, e à valência de Creche, o panorama é diferenciado em termos do concelho: se na sede de concelho, e nas freguesias mais populosas ou na periferia da cidade, como S. Paio de Gramaços e Nogueira do Cravo, a capacidade das valências se encontra esgotada, nas restantes creches do concelho mais distantes da sede, existem vagas não preenchidas, o que significa que apenas em Oliveira do Hospital existe a necessidade de incremento e requalificação dos equipamentos existentes. No fundo, este é o reflexo directo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da quebra da natalidade verificada desde a transição da década de 70 para a de 80, e é uma situação que se verifica também ao nível do sector da educação: a concentração das crianças nas escolas da sede do concelho, esvaziando as escolas das freguesias.

Esta situação foi já diagnosticada pela Rede Social em sede de Diagnóstico, sendo as acções e eixos de intervenção priorizados e previstos no Plano de Desenvolvimento Social um reflexo disso mesmo: a necessidade de requalificar as creches existentes, dotando-as de maior capacidade na sede de concelho e a recusa da abertura de mais valências destinadas a esta faixa da população nas restantes freguesias do concelho. Desta forma, e no seguimento desta linha de actuação, as duas creches existentes na sede do concelho, da Obra D. Josefina da Fonseca e da Fundação Aurélio Amaro Dinis, encontram-se em fase de alargamento e requalificação das suas valências, beneficiando do apoio da autarquia; também a transformação da antiga Instituição privada “Os Amigos do Mestre André” em IPSS, agora denominada “O Kikas”, contribuiu para a melhoria da rede de apoio à primeira infância na cidade.

Em relação à valência de ATL, é difícil recorrer aos dados dos anos anteriores para estabelecer comparações com a realidade, isto porque no ano lectivo ainda em curso, as mudanças operadas ao nível do Ministério da Educação, com as actividades de enriquecimento curricular, vieram transformar decisivamente esta valência. Neste momento, e na quase globalidade do concelho, o ATL resume-se a uma espécie de componente de apoio à família, à semelhança do já praticado ao nível da educação pré-escolar: apoio durante a refeição e nas chamadas “pontas”, ou seja, entre as 7,30 e as 9,00 horas, e das 17,00 às 18,30. No entanto, e no que toca à distribuição da valência pelo território concelhio, apesar destas medidas poderem contribuir para o esvaziamento de valências nos locais menos povoados, conjuntamente com a tendência de fecho de escolas e concentração dos alunos nas Básicas Integradas, o que os dados recolhidos localmente e através da Carta Social (dados referentes a Dezembro de 2006) mostram é a continuidade da valência, apesar das transformações ao nível da sua filosofia de actuação: de facto, a população concelhia e a organização do trabalho no concelho, obriga os pais, não obstante o enriquecimento curricular, a manter os filhos nos ATL, nomeadamente por causa do fornecimento de refeições. Aguardamos, num futuro próximo, pela resposta à questão fulcral: conseguirão as IPSS's, que se apetrecharam, material e (especialmente) humanamente de forma a dar resposta ao solicitado pelo Estado anteriormente, suportar o decréscimo financeiro, ao nível de participações familiares e dos anunciados cortes no valor monetário dos Acordos com a Segurança Social? De acordo com os dados constantes da Carta Social, e fazendo a ponte com as informações do Diagnóstico Social da Rede, apenas o Centro de ATL de Aldeia das Dez fechou portas.

Em relação à Educação Pré-Escolar, o concelho observa, entre os Jardins da rede pública e os da rede solidária, uma cobertura integral do seu território. Apenas as freguesias mais pequenas não dispõem desta valência, o que acontece por inexistência efectiva de um número mínimo de potenciais utilizadores. De salientar que, para além da componente lectiva dos Jardins-de-Infância, todos integram também, a componente de apoio à família e o fornecimento de refeições.

As taxas de cobertura verificadas ao nível da protecção à infância, no concelho, são na maioria dos casos, e à semelhança do verificado para os idosos, superiores às do distrito.

De salientar, ainda e dado não ter sido focado, a taxa de cobertura em COJ, o que revela uma protecção efectiva na adolescência e juventude.

Detemo-nos, agora, na protecção aos cidadãos portadores de deficiência.

Existem duas Instituições a trabalhar nesta área, o que é que um privilégio em termos distritais e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nacionais. Muitos territórios não dispõem de quaisquer valências de apoio à deficiência. No concelho, tanto a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, como a ARCIAL, dispõem de valências na área da reabilitação e integração de pessoas com deficiência, existindo dois Centros de Actividades Ocupacionais - CAO, que integram 50 utentes, Formação Profissional e Pré-Profissional, com um total de 31 utentes, um Lar Residencial, no qual estão institucionalizados 43 utentes, e uma Empresa de Inserção que procura garantir a inclusão destes utentes. Recentemente o Programa PARES aprovou uma candidatura para a construção do CAO da ARCIAL, uma das prioridades concelhias ao nível da construção de equipamentos sociais. Também apresentada, apesar de não aprovada, foi uma candidatura da Santa Casa de Unidades Residenciais, que procuram colmatar as necessidades sentidas por este segmento da população, bem como responder às imensas solicitações do Lar Residencial. De referir que esta valência apenas existe em 7 dos concelhos do distrito, sendo a taxa de cobertura distrital de apenas 6,4% (Oliveira do Hospital regista uma cobertura de 22,1%). Em relação à valência de CAO, o concelho regista uma cobertura de 24,7%, ficando a média distrital nos 20,9%.

Após a leitura destes números, não é de espantar que a primeira fase do PARES não tenha contemplado a aprovação de nenhum projecto ao nível da infância e dos idosos. Mesmo a área da deficiência apenas foi considerada pelo facto de se considerarem as valências ao nível do seu peso e papel no distrito, e não apenas do concelho. Podemos, no entanto, argumentar, que as listas de espera, nomeadamente ao nível de Lar de Idosos, continuam elevadas. Não obstante, a extensão destas listas não deverá ser avaliada de ânimo leve, necessitando de uma análise comparativa e nominal, para se perceber a sua real dimensão. A prática dos técnicos do concelho, na ânsia de procurar e encontrar uma vaga o mais rápido possível, é passar a informação para todos os locais onde exista a valência de lar, encaminhando as famílias para a realização de inscrições em todos os equipamentos concelhios. Assim, as listas de espera do concelho poderão ter, em grande parte, nomes repetidos, possibilidade que a Rede Social local irá procurar, em sede do próximo Diagnóstico Social, clarificar.

2. Exclusão Social – Indicadores concelhios:

Esta posição de privilégio, ao nível do distrito, é também referenciada, e até reforçada, pelo Estudo de Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, documento de trabalho realizado em 2005 pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social da Segurança Social. Este documento, que serviu de base à análise das candidaturas ao PARES, à definição dos territórios prioritários do PROGRIDE e, mais recentemente, aos Contratos de Desenvolvimento Social, programa nascido da avaliação efectuada ao desenvolvimento da Medida I do PROGRIDE, apresenta o concelho de Oliveira do Hospital como um Território Moderadamente Inclusivo, territórios caracterizados como “(...) os mais favoráveis, na medida em que descrevem uma situação em que todos os indicadores explicativos são positivos”.

O que espanta positivamente nestes dados, não é o reconhecimento dos mesmos, apesar de constituírem uma evidência de base científica deste ser um território gerador e potenciador de comportamentos e vivências inclusivas, mas a sua comparação relativamente ao restante distrito, mais especificamente aos concelhos limítrofes. Os concelhos moderadamente integradores, como o nosso, constituem “ (...) 84 concelhos que se distribuem numa faixa litoral entre Monção e Mafra, interrompida pela bacia industrial nortenha entre Esposende e Aveiro, atravessa o país pelo eixo viário que liga Lisboa a Espanha e salpica o interior do país assinalando sobretudo as capitais de distrito (...) Existem também concelhos isolados como Ponte da Barca, Chaves, Gondomar, S. João da Madeira, Covilhã, Oliveira do Hospital, Santiago do Cacém, Vila Real de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santo António e Monchique”. Com isto, revelamos o facto das dinâmicas de desenvolvimento de Oliveira do Hospital não se inserirem numa lógica de continuidade territorial, mas antes irem contra a corrente das características presentes na maioria dos concelhos da região. Assim, e à volta do nosso concelho, os territórios são, na sua quase totalidade, Envelhecidos e Desertificados, caracterizados como “(...) uma extensão importante do território continental (20% dos concelhos) onde reside uma fatia diminuta da população portuguesa (4,9%). São os territórios esquecidos desse desenvolvimento, primeiro litoralizado e depois organizado numa rede de cidades médias e ao longo dos eixos viários mais importantes”.

A explicação da pertença de Oliveira do Hospital ao tipo de concelhos moderadamente inclusivos, surge no estudo bastante relacionada com a existência de uma população bastante jovem (não obstante o crescimento do índice de envelhecimento (56 em 1970 e 133 em 2001), do decréscimo do índice de dependência de jovens (46,63% em 1970 e 25,38% em 2001) e da proporção dos jovens no concelho (26,98% em 1970 e 15,96% em 2001) e com o peso relativo do emprego industrial.

O único factor em que os valores do concelho divergem dos valores médios observados, pela negativa, diz respeito ao número de beneficiários do então RMG. Em todas as outras dimensões e indicadores analisados na pesquisa, o nosso concelho regista uma posição média favorável.

3. Intervenção Social Autárquica:

Podemos estabelecer um paralelismo entre a capacidade empreendedora dos empresários e industriais concelhios, e a mesma capacidade por parte do chamado terceiro sector. De facto, a capacidade mobilizadora, o espírito empreendedor e, podemos dizê-lo, de sacrifício, de dirigentes, técnicos e demais trabalhadores das IPSS's concelhias são louváveis, na medida em que compreendem as necessidades sociais concelhias e agarram as oportunidades de as colmatar e minimizar. Esse trabalho, de verdadeira cidadania e solidariedade prestado pelas IPSS's, garante ao concelho, e à sua população, serviços de qualidade reconhecida e uma posição de vanguarda em termos distritais e até nacionais. Este trabalho, que as instituições particulares tomaram como seu, apesar de ser eminentemente de responsabilidade pública, apenas pode ter uma resposta por parte da autarquia local: o apoio intransigente e contínuo, quer seja em termos financeiros, quer de pressão junto dos responsáveis políticos ou de apoio técnico e humano. É isto que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem feito de forma incessante e ininterrupta, constituindo-se como o parceiro mais próximo das IPSS's concelhias e como a almofada de suporte que nunca deixa de estar ao seu lado.

3.1. Acção social indirecta

Nos últimos 5 anos, o apoio financeiro da autarquia às IPSS's concelhias totalizou um montante que ascende a 996 mil euros, entre apoios à realização e dinamização de actividades, apoio para obras de construção ou remodelação e ampliação e compra de equipamentos, nomeadamente carrinhas para transporte de utentes. Falamos de quase 1 milhão de euros, sem os quais as IPSS's concelhias não teriam tido forma de fazer face a despesas avultadas necessárias à prossecução dos seus objectivos.

Vinte e uma viaturas de transporte de utentes foram adquiridas com o apoio da autarquia, num esforço financeiro de quase 160 mil euros, sendo hoje utilizadas no transporte de utentes, quer ao nível do apoio domiciliário, quer para recolher utentes das valências de Centro de Dia e da Infância. Sem este serviço, seriam muitos os idosos e crianças que não teriam possibilidade de ter o apoio necessário à melhoria da sua qualidade de vida. Sempre que solicitado, o apoio da autarquia, a este nível, nunca foi negado, ainda que outras portas com maior responsabilidade na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

matéria, nomeadamente da administração central, se tenham fechado para as Instituições.

No que respeita a obras de construção, remodelação e/ou ampliação, o apoio da autarquia tem sido determinante, constituindo muitas vezes o único suporte público para as IPSS's concelhias. Muitas são as Instituições que, não obstante a recusa de financiamento por parte da Segurança Social, têm conseguido prosseguir os seus objectivos com o apoio da Câmara Municipal. Falamos de mais de 730 mil euros de subsídios atribuídos para obras em IPSS's, acrescidos ainda de isenções ao nível do licenciamento de obras e de ramais de água ou saneamento, bem como apoio técnico no que concerne à fiscalização e acompanhamento técnico. Destas, pelo montante mas também pelo objectivo que prossegue e pelo facto de constituir a resposta a uma das necessidades sociais prioritárias no concelho, permito-me destacar o subsídio de 150 mil euros para a construção do Lar de Idosos do Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira, que não conta ainda com qualquer apoio da Segurança Social.

Mais uma vez, nenhuma Instituição ou projecto que tenha procurado a Câmara, tem encontrado a porta fechada, sendo os apoios concedidos o reflexo não só das possibilidades da autarquia, mas especialmente o reconhecimento pelas prioridades do concelho em termos de instalação de valências sociais.

3.2. Acção social directa

Mas o trabalho social autárquico não se esgota no apoio às IPSS's. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital entende o trabalho social como prioritário, não se limitando a ajudar as Instituições mais vocacionadas para o mesmo. O trabalho social da autarquia é uma realidade efectiva, acontecendo essencialmente nos domínios em que as IPSS's, por falta de meios ou incapacidade de sustentação de serviços, não actuam.

3.2.1. Serviços sociais da autarquia

No que se refere ao Gabinete de Acção Social e Saúde da Câmara Municipal, a partir de meados de 2005 começou a fazer-se, regular e atentamente, um trabalho de anotação e contabilização dos atendimentos, encaminhamentos e apoios prestados, num trabalho de tipo estatístico não nominal que permitisse não só o conhecimento real da actividade desenvolvida pelo Gabinete, como também o aprofundamento do saber sobre as problemáticas e necessidades que, com mais insistência, motivam a vinda dos utentes ao serviço. Assim, e relativamente à estatística de aproximadamente 18 meses (de Julho de 2005 a Dezembro de 2006, inclusive), podemos referir e destacar os seguintes dados:

- foram efectuados 3.169 atendimentos;
- cerca de 5% dos atendimentos dizem respeito a processos de Rendimento Social de Inserção;
- os atendimentos de Acção Social (leia-se encaminhamentos para a Segurança Social, Saúde, valências sociais) variam, habitualmente, entre os 12 e os 15%, sendo a tendência de uma baixa gradual, o que se explica por duas razões: o aumento do conhecimento de quais os serviços competentes para cada área específica de intervenção e o aumento da taxa de cobertura concelhia em termos de atendimento social, isto é, a presença de técnicos de serviço social praticamente em todas as freguesias do concelho (de referir que se encontram ao serviço na área do município, a tempo inteiro e sem contar com os técnicos ao serviço de projectos específicos, 21 assistentes sociais que efectuam atendimento à comunidade, 3 psicólogas e 2 sociólogas).

Incluem-se neste tipo de atendimento, os acompanhamentos referentes a problemas de cariz habitacional e/ou pedidos de isenção/fraccionamento do pagamento de ramais, bem como o acompanhamento a agregados familiares e/ou utentes de freguesias sem apoio psico-social.

- a esmagadora maioria dos atendimentos, sempre acima dos 60% e, em 2006, uma média de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

80% dos atendimentos mensais, o que atesta a tendência de subida, refere-se à CPCJ, sendo a problemática dos menores em perigo aquela que, também, mais tempo ocupa, quer ao nível da elaboração de relatórios, estabelecimento de contactos e encaminhamentos, participação em reuniões, quer no que concerne à realização de visitas domiciliárias.

- em alturas específicas, nomeadamente no Verão, sobe o número de atendimentos referentes à acção social (é nesta altura que muitos cidadãos a residir fora do concelho regressam para férias e procuram os serviços na tentativa de resolução de problemas, nomeadamente ao nível da institucionalização dos ascendentes), existindo ainda bastantes atendimentos relacionados com os processos de auxílios económicos da acção social escolar.

- 3% dos atendimentos dizem respeito a outras situações, incluindo-se neste item, especialmente, os apoios ao nível de ajuda no preenchimento de documentos, quer ao nível dos serviços de segurança social, quer da justiça, educação ou finanças.

Por indicação deste gabinete, e fruto do seu acompanhamento às famílias e problemáticas concelhias, nos últimos anos foram concedidos pela autarquia, subsídios a particulares, entre isenções de pagamento de ramais de água e/ou saneamento e obras de reabilitação/ampliação das suas habitações. De referir que a política da autarquia impede a realização de obras em habitações que não do próprio. Assim, e porque o arrendamento é a situação mais habitual, tem sido difícil à Câmara a intervenção directa, optando-se normalmente por outro tipo de apoios necessários ao indivíduo, que não o apoio habitacional. De referir, ainda, que os apoios habitacionais, para além de fruto do acompanhamento directo dos serviços sociais camarários às famílias, surgem também por encaminhamento das parcerias em que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital se encontra envolvida: CPCJR (quando a medida de Promoção e Protecção adoptada ante uma situação de risco para um menor, é o acompanhamento familiar, e existem carências habitacionais, a Câmara tem-se constituído como parceiro fundamental para a colmatação destas necessidades, possibilitando a continuidade do(s) menor(es) em ambiente familiar e numa situação familiar mais confortável e segura), RSI, através do reforço dos apoios complementares concedidos pela medida, ou ainda os Projectos A.G.I.R. e Bem Crescer, sobre os quais me irei deter mais adiante.

Quando se trata de casos de emergência, ou agudos do ponto de vista essencialmente económico, a autarquia possui ainda outros recursos que tem utilizado criteriosa e ponderadamente: as habitações sociais.

Estas habitações, cuja envolvência legal torna de difícil gestão, destinam-se efectivamente, na nossa concepção, aos mais desprotegidos e fragilizados de entre todos os que se encontram em situação de necessidade e carência. Tem sido prática da autarquia, o arranjo sistemático de habitações (nos últimos anos, cerca de 1/3 das habitações foram alvo de obras de melhoria, sendo intervencionadas à medida das necessidades dos arrendatários, mas também das prioridades, não só ao nível físico, mas essencialmente das carências financeiras das famílias requerentes), arrendadas ou não, mas também a não entrega de todos os fogos, ficando sempre algumas casas de reserva para poderem ser entregues, provisoriamente e sem carácter definitivo, a famílias cujas restantes opções foram esgotadas. Nos últimos tempos, 4 famílias foram já alojadas, precariamente, desta forma, tendo o trabalho sistemático dos técnicos no terreno, cuja perseverança na procura e definição conjunta com os beneficiários de um projecto de vida autónomo não se esgota na simples entrega das chaves de casa, já permitiu a autonomização e saída das habitações sociais de 2 dessas famílias. E para clarificar o sentido de situação S.O.S., devo referir as razões do alojamento: 2 casos de violência familiar e 2 casos de menores em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

risco, cuja saída do seio familiar seria eminente se não resolvida a situação de carência habitacional. Os quatro agregados possuem Rendimento Social de Inserção. Neste momento, outras 2 habitações se preparam para ser entregues, uma das quais por indicação e encaminhamento conjunto de CPCJR e RSI.

O trabalho social da autarquia não se esgota, no entanto, neste acompanhamento por parte dos técnicos sociais; uma das razões pelas quais temos tanta atenção e cuidado com as IPSS's concelhias, é porque também a autarquia possui valências sociais e percebe as dificuldades e constrangimentos desse trabalho.

Por herança da Assembleia Distrital de Coimbra, a Câmara Municipal possui um Lar de Idosos, também com valência de Apoio Domiciliário, em Travanca de Lagos, localidade onde também é detentora da Casa da Criança, equipamento com as valências de Creche, Jardim-de-Infância e ATL. Possui, ainda, um Centro de Actividades de tempos Livres em Oliveira do Hospital, conforme já tiveram oportunidade de observar anteriormente. Apenas de referir que a autarquia já despendeu, no anterior mandato, de um total de 177.703,93 € em obras de conservação/adaptação destes equipamentos, construções adaptadas para as valências lá existentes. Estas valências, cujas obras não podem ser financeiramente apoiadas pela Segurança Social, pelo facto de pertencerem à autarquia, vão deixar a partir desta data de ser financiadas por esta organização. De facto, os protocolos de cooperação que o Município possui com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra não podem continuar a existir, por imperativo legal, o que tornará ainda mais dispendiosa a acção camarária, que já tem como critério n.º 1 de entrada para as valências, a menor capacidade financeira das famílias. A partir de Setembro, o financiamento será exclusivo da autarquia, o que encarecerá ainda mais os serviços que já registam, mesmo agora, custos sociais acrescidos.

Num esforço de prossecução das necessidades sociais do concelho, a Câmara Municipal assume-se, também, como garante da dinamização de outros projectos de difícil realização e sustentabilidade por parte das IPSS's. Por tal, encontramos-nos em fase de conclusão das obras de recuperação da antiga escola primária de Travanca de Lagos, que será transformada em Centro de Emergência. Famílias e pessoas que passem por situações de catástrofe, do ponto de vista social e habitacional, terão neste Centro uma resposta imediata, até que possa ser definido um projecto de vida sustentado que as autonomize e permita a sua integração. Este Centro, que não é só de crianças, ou só de mulheres, ou só de idosos, mas de toda e qualquer pessoa que passe por uma situação insustentável e não tenha outras opções de alojamento, é uma resposta única em termos regionais, que permitirá alargar o leque de ofertas sociais do concelho e contribuir para a resolução de muitos dos casos que, hoje, não encontram resposta nas valências típicas e tradicionais.

3.2.2. Projectos no terreno – A.G.I.R. e Bem Crescer

A Câmara Municipal tem-se mantido atenta e actuante no que diz respeito às políticas sociais activas do país. Assim, não tem havido projecto ou programa social a que, como promotora ou integrando uma parceria, não se tenha candidatado, à excepção daqueles programas que, pelo facto de sermos um território moderadamente inclusivo, nos estão à partida vedados, como foi o caso da Medida I do PROGRIDE e é agora o caso dos recentes Contratos de Desenvolvimento Social. Tal como as IPSS's no que diz respeito ao PARES, somos penalizados pelo bom desempenho...

Enquanto entidade parceira, a Câmara Municipal participou activamente na candidatura da Obra D. Eugénia Garcia Monteiro de Brito ao Programa Ser Criança, tendo a candidatura de Oliveira



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Hospital – Projecto “Bem Crescer” – sido a única aprovada no distrito de Coimbra. De carácter inovador, este projecto, no terreno há cerca de ano e meio, tem como objectivo primordial o acompanhamento dos menores em risco, ao nível familiar, num trabalho desenvolvido inteiramente no domicílio das famílias, e através de uma equipa multidisciplinar constituída por assistente social, psicólogo, animador social e educador social. Reconhecendo a valia do projecto, a autarquia cedeu instalações na Biblioteca/Ludoteca de Lagares da Beira para o seu desenvolvimento, tendo as acções deste estado a decorrer com bastante eficácia junto do público-alvo. De facto, a grande maioria das medidas de promoção e protecção decretadas pela CPCJ prende-se com o acompanhamento dos menores no seio familiar, tendo este projecto revelado constituir uma mais valia tremenda no acompanhamento sistemático das mesmas, libertando os técnicos da Comissão que, é bom lembrarmos, acumulam a Comissão com os seus trabalhos nas Instituições a que pertencem, isto é, nenhum trabalha em exclusividade para a CPCJ.

Neste momento, o Projecto Bem Crescer tem duas equipas de rua, que acompanham 39 famílias, num total de mais de 60 menores seguidos. Esta intervenção, que se pretende o mais precoce possível, integra um total de 31% de menores com idades inferiores a 3 anos, sendo as problemáticas maioritárias os deficits de competências parentais, pessoais e/ou sociais (daí a necessidade imperiosa de trabalho específico com as famílias, em ambiente natural), o atraso de desenvolvimento, a insuficiente formação profissional e a negligência.

O Projecto Bem Crescer tem, a par de várias outras acções a decorrer, uma que me parece digna de nota, e que a autarquia já apoiou através da concessão de um subsídio no valor de 2.500 €: a acção Ajudar a Crescer.

Consiste na dinamização de um banco de recursos na ara da infância, como sejam camas, berços, roupas, carrinhos, parques, cadeiras para automóvel, banheiras, etc, que em regime de empréstimo e através de estabelecimento de protocolo com famílias carenciadas, irão desonerar as mesmas numa fase tão dispendiosa na vida das famílias, como a do nascimento de um filho, garantindo, não obstante, que as crianças têm acesso aos equipamentos indispensáveis ao seu desenvolvimento harmonioso. A autarquia apoiou apenas a compra de equipamento para o arranque deste Banco, cabendo agora à população de Oliveira do Hospital, na sua generosidade e espírito solidário, a sua dinamização constante, para que não haja uma criança neste concelho sem aceso a equipamentos de tão elementar necessidade. Trata-se apenas de dispensar o que já não se precisa, para ajudar quem mais necessita.

Percebidas a limitações deste Projecto (cujo montante de financiamento não permitiu a inclusão de todas as acções necessárias à prossecução do objectivo essencial: a erradicação/redução do número de crianças em risco no concelho) e diagnosticadas as necessidades e as formas de as colmatar, a Câmara lançou-se, enquanto entidade promotora, numa candidatura à Medida II do PROGRIDE, direccionada também para os menores em risco. A candidatura, denominada AGIR – Antecipar para Garantir, Intervir para Reparar, foi também aprovada, estando há menos de um ano em desenvolvimento efectivo. Complementar ao Projecto Bem Crescer, os profissionais das áreas do serviço social, psicologia e animação sócio-cultural inseridos na sua equipa, trabalham as restantes áreas em que a outra equipa não actua: se o Bem Crescer apoia as famílias de risco nas quais a opção foi a continuidade dos menores em seio familiar, o AGIR intervém a montante, na área da prevenção e detecção precoce de comportamentos de risco, a fim de que os/as menores não cheguem à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e a jusante, na detecção prematura de situações de risco, através da linha de emergência concelhia, gratuita e disponível



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

24 horas por dia, pronta a encaminhar as situações e a responder em tempo útil às denúncias sobre eventuais casos de menores em risco.

O trabalho é, assim, coordenado num triângulo constituído por CPCJ, Projecto AGIR e Projecto Bem Crescer, sendo os menores acompanhados em todas as vertentes e acauteladas todas as dimensões do problema. Trata-se de um esforço partilhado e dividido entre os vários agentes no terreno, que permite um acompanhamento mais efectivo e dinâmico, para além de multidisciplinar.

A equipa do AGIR acompanha, neste momento, 26 famílias nas quais existe um risco muito particular, o risco educativo traduzido na possibilidade emergência de absentismo, saída antecipada, insucesso ou abandono escolar dos menores.

Em 2002, a autarquia integrou uma parceria com a Cáritas Diocesana de Coimbra que permitiu o desenvolvimento no concelho do Projecto “Juntos de Prevenção”, programa de prevenção da adopção de comportamentos aditivos por parte de adolescentes e jovens, que permitiu a estes, bem como às suas famílias, o contacto com acções preventivas de comportamentos desviantes.

Para além destes Projectos, a autarquia está, neste momento envolvida no Projecto de Investigação “O impacto do (des)emprego na pobreza e exclusão social no distrito”, parceria constituída pelas 17 Redes Sociais do concelho, e efectuado pela REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza com coordenação científica do Dr. Pedro Hespanha, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

3.2.2. Rede Social concelhia

Devo dizer, nesta altura, que a aprovação destes projectos, a sistematização desta informação e o estabelecimento de prioridades de intervenção concelhias, no campo social, ficou facilitado pela adesão do município à Rede Social, programa nacional cujo objectivo principal é a definição de prioridades tendo por base um diagnóstico aprofundado das necessidades, problemas, potencialidade e recursos do território. Como era título de uma outra iniciativa camarária recente, para planear é preciso conhecer, sendo que é essa a filosofia da Rede Social: diagnosticar o problema, perceber as suas implicações, definir as possibilidades de resolução e passar essa informação aos agentes sociais locais, a fim de que estes possam informadamente, adoptar os procedimentos tendentes à sua solução e/ou minimização.

O concelho de Oliveira do Hospital aderiu a este Programa em 2002, tendo a parceria constituída para a sua implementação contado imediatamente com a adesão de praticamente todos o agentes locais envolvidos na acção social concelhia: município, grande parte das juntas de freguesia, a totalidade das IPSS's com valências sociais, Centro de Saúde, Segurança Social e Centro de Emprego e Formação Profissional. O CLAS – Conselho Local de Acção Social, conta hoje com 39 parceiros. Neste momento, o concelho dispõe de um Diagnóstico e de um Plano de Desenvolvimento Social, documentos que congregam as linhas de força da acção social desejada, necessária e prioritária para a resolução dos problemas e colmatação das necessidades diagnosticadas.

A Rede Social é um Programa estruturante, que congrega os agentes sociais concelhios, e permite, pelo acesso à informação, a escolha avisada das acções a levar a cabo e, nomeadamente, as valências de prioritária instalação no concelho. Através do Núcleo Executivo da estrutura, foram já emitidos cerca de 2 dezenas de pareceres sobre esta matéria, a fim de que o Estado possa perceber quais são os projectos prioritários para o concelho, e quais são aqueles que, ainda que necessários, não resolvem o essencial dos problemas existentes. Este Programa, que desde logo Oliveira do Hospital entendeu como de cabal necessidade para o concelho, está neste



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento a dar um outro passo, tendo a nova legislação apontado para a existência de Plataformas Supra-Concelhias que definam as prioridades de um território mais abrangente que o concelho, estruturas que se encontram já a trabalhar neste sentido: o de perceber, e explicar aos agentes locais, que o que importa é a existência do serviço e a colmatação da necessidade, quer ele esteja aqui, ou 20 km mais à frente ou mais atrás.

Terminando a minha intervenção sobre o social, gostaria de dizer que isto é uma demonstração clara e inequívoca de que existe, no concelho, uma política social alargada, que não deixa para trás qualquer área dentro do social. Inclusivamente, tem sido feitas solicitações a técnicos desta Câmara para irem desenvolver acções ao nível de outros concelhos e até ao nível distrital. E isto demonstra que os técnicos que existem e que estão a trabalhar nesta área são empenhados, disponíveis e com uma característica, que é o dever de missão.

Esperamos que, nesta segunda fase do PARES, haja pelo menos duas candidaturas aprovadas: a do Lar de Idosos do Centro Paroquial de Ervedal da Beira e a da Santa Casa da Misericórdia de Galizes, para a valência de Lar para Deficientes.

Da parte da Câmara, vamos continuar atentos a tudo, vamos continuar a apoiar a aquisição de viaturas e a realização de obras, de acordo com aquilo que são as prioridades da Rede Social.

Tenho também uma ideia que, infelizmente, ainda não se concretizou: a de criar uma estrutura municipal que pudesse ter alguma influência no domínio da gestão das IPSS. E isto para criar um fundo ao qual as IPSS pudessem recorrer, com juros à taxa zero ou à taxa de um por cento, sem necessidade de recorrerem à banca, como, por exemplo, está a acontecer com o Ervedal. Seria um fundo que pudesse ser gerido e que pudesse colmatar essa dificuldade. Nós sabemos que a banca empresta mas também sabemos que a banca visa o lucro. Até digo mais: acho que o Governo, que cria “pacotes” para tudo, devia criar um, de financiamento para as IPSS com juros bonificados, como tem feito para as autarquias para a realização de obras com fundos comunitários. Isso devia ser tido em conta pelo Governo: para além da comparticipação em obras, devia haver empréstimos com juros bonificados para as IPSS para a concretização de projectos, naturalmente onde são necessários. Porque também sabemos que, por parte dos responsáveis pelas IPSS, há um pouco de tentativa de “olhar para o umbigo” e de não ver o que é que se passa à volta. Por isso, é que agora já há as redes supra-municipais e, no caso de Oliveira do Hospital, está a ser criada uma rede que envolve, essencialmente, os municípios da região do Pinhal Interior Norte.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre o Ponto III da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Dr. José Francisco Garcia, que fez a seguinte declaração:

“De facto, com a capacidade de síntese do Sr. Presidente da Câmara, bem que a autarquia podia ser socialista, comunista ou do CDS, que era impossível a Assembleia Municipal terminar numa hora e um quarto.

Mas, face aos dados e à importância dos dados incluídos nesta informação, o Grupo Parlamentar do PS entende que é inadmissível que documentos deste tipo não sejam enviados antecipadamente aos deputados municipais, para uma prévia análise. Escusado seria estar aqui uma hora a ouvir uma narração do Sr. Presidente. Sinceramente, se perguntarmos a cada um de nós se se lembra do que é que o Sr. Presidente disse há um quarto de hora atrás, de certeza ninguém se lembra.

Portanto, o que queremos pedir é que, daqui para a frente, incluindo este próprio documento, seja enviado pelo menos este aos deputados do PS, e sempre que haja outros, que sejam enviados a todos os deputados da Assembleia Municipal.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face a esta declaração, o Sr. Presidente da Câmara referiu:

“Eu gostava de dizer que, tanto quanto eu sei, o Sr. Primeiro Ministro, quando vai à Assembleia da República participar em debates – e este é um local de debate – também não entrega previamente a sua intervenção aos deputados.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“A intervenção do Sr. Presidente foi, de facto, extensa mas o assunto é bastante sério, apesar de o podermos encarar com alguma descontração.

Há aqui logo um problema: é que esta questão do social não pode ser vista desintegradamente. A questão deve ser integrada, porque tem a ver com os cuidados de saúde, com a educação, com o sistema de ensino, com o problema do emprego, entre outros. Isto já nós sabemos mas continua a ser visto um bocado como sistemas compartimentados e, depois, é mais difícil obterem-se resultados.

Por exemplo: as crianças e os jovens referenciados como “de risco”, creio que setenta por cento dos casos no nosso concelho, têm por trás problemas relacionados com alcoolismo nas famílias. E, qual é o sistema social de apoio a este problema gravíssimo? Como é que é o sistema médico para o tratamento dos cidadãos alcoólicos?

Outra questão: a das IPSS. De facto, têm uma obra notável e mal parecia que não tivessem, se fizermos as contas aos milhões que recebem. Uma Junta de Freguesia está proibida por lei de ter um protocolo com a Segurança Social, para ter um Centro de Dia. Está proibida por lei. E também assinalo um facto: o presidente da IPSS, em quase todas as nossas, é por estatuto, o Padre da paróquia. E as eleições para a direcção são pelo Conselho Pastoral. Eu, à partida, estou impedido de ser dirigente de uma IPSS porque, por uma questão de consciência, não sou do Conselho Pastoral. Num Estado laico, há esta situação. Isto é um imenso poder social e político à Igreja Católica. É uma situação de alto privilégio. Isto não quer dizer que não tenham obra meritória, sobretudo ao nível de voluntariado das pessoas que fazem parte das direcções. Que isto fique claro. Mas, não há outro caminho. Quem quiser tem que fazer uma associação de desenvolvimento e ir à Segurança Social.

A questão do Lar da Cordinha: de facto, o Programa PARES, não aprovou a candidatura. O Sr. Presidente da Câmara já falou nisso. Espera-se que seja aprovado porque, de facto, as listas de espera são grandes. E, pessoalmente, penso que alguém que queira ir para um lar e que possa pagar uma ou duas centenas de contos, tem esse direito. Mas eu não estou preocupado com esses; estou preocupado com os que têm trinta e quarenta contos de reforma. E que, se não tiverem apoio público, as instituições não os podem lá ter. E, depois, têm seis camas para estes e têm trinta para os que podem pagar cem ou duzentos contos. E isto é uma subversão do social.

Eu conheço uma criança referenciada como “em risco” há quatro anos e está há quatro anos à espera de uma cama. No nosso concelho e em Oliveira do Hospital. E conheço um paraplégico que anda a pedir se lhe substituem a cadeira de rodas eléctrica. Isto no nosso concelho. Tenho conterrâneos que se têm dirigido à Câmara e a Câmara até têm apoiado. Mas há outros que ainda não o foram. Nós não estamos mal, mas ainda poderemos e deveremos estar melhor.

E requeiro que, inequivocamente, isto fique em acta: há uma determinada instituição, sedeadada mais ou menos a vinte quilómetros da minha freguesia, que tem um protocolo de privilégio com a Segurança Social, que lhe garantia, até agora, acompanhar sessenta casos de cidadãos com Rendimento Social de Inserção e que estava a receber quatro mil e cem euros por mês por este trabalho. E eu não vou dizer o nome porque não tenho nada contra a instituição. Ela não tem a culpa; é o sistema. Mas é um estatuto de privilégio. Sessenta casos; quatro mil e cem euros por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mês. Eu estou em crer que esta instituição recebia mais por acompanhar do que recebiam os cidadãos com RSI.

A minha freguesia era acompanhada pela Segurança Social. Tanto quanto fui informado, agora vão ter mais quarenta casos – novo protocolo com a Segurança Social – e vão também acompanhar Vila Franca da Beira. E aqui, também inequivocamente, o meu protesto. Não estou nada de acordo que isto aconteça. Primeiro: não reconheço que uma instituição sedeadada a vinte quilómetros da minha freguesia, esteja em condição de prestar melhor serviço na minha freguesia do que está o Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira ou do que está o Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira. Em segundo lugar porque acho que isto fica caro ao erário público. E, em terceiro lugar não sei porque é que esta instituição continua a ter este privilégio, quando o Sr. Presidente da Associação Distrital de Segurança Social sabe – porque lhe foram feitos relatórios – que nós não estávamos de acordo com isto. Eu aqui – e já o fiz também por escrito – responsabilizo desde já o Sr. Director da Segurança Social de Coimbra por eventuais problemas que possam surgir na minha freguesia. Porque, do que conheço e não estou a acusar os técnicos, em muitas situações está longe de corresponder ao que é preciso porque há cada vez mais crianças referenciadas como em risco, há cada vez mais problemas sociais e há cada vez mais milhões a circular por aí, milhões do dinheiro público.

Eu termino propondo que, pelo menos de vez em quando, a reunião do CLAS possa ser fora dos horários de trabalho ou convocadas com mais de oito dias de antecedência. Porque, senão, é difícil. Eu sei que os profissionais da Rede Social estão em horário de trabalho mas, para nós participarmos, torna-se difícil, principalmente quando marcadas com poucos dias de antecedência.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sobre as questões das reuniões do CLAS, gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Junta que, por mim, também as faço ao Domingo, se fôr preciso. Estou aqui no exercício desta função e, se para exercer conveniente e cabalmente, fôr preciso reunir ao Domingo, também cá estou para reunir. Podemos fazer a experiência de marcar uma reunião para mais tarde e, assim, vemos se vêm mais pessoas. Não há qualquer problema nisso.

Quanto à questão do alcoolismo, queria dizer – até pela experiência que tenho do Núcleo Executivo do Rendimento Social de Inserção – que é muito difícil trabalhar com essas pessoas. Alguns abdicam de receber o Rendimento Social de Inserção para continuar a beber. Porque o que é analisado em primeiro lugar nas reuniões do Núcleo do RSI é se é uma família com problemas de saúde. E o primeiro contrato que a família faz é no sentido de receber o RSI mas com a obrigação de se tratar. E, no caso do alcoolismo, há pessoas a abdicar de receber o RSI só porque não querem tratar-se daquele problema. Existe no Centro de Saúde uma equipa que faz este trabalho, porque o Centro de Saúde também tem assento no Núcleo Executivo. Mas não é nada fácil trabalhar com estas pessoas.

Quanto à questão da cadeira de rodas, acho estranha esta situação porque o PDIAS, que é um projecto específico que temos no concelho, apoia estas situações. E a Câmara também tem sempre apoiado; nunca se alheou destes projectos. Mas há uma coisa importante: se há uma justificação clara da família em termos de rendimentos, a Câmara apoia. Estes aspectos é que são fundamentais e que temos que ter em consideração. Gostaria de dizer que nesta matéria a Câmara tem estado atenta, tem apoiado, está aberta e disponível para apoiar todas as situações que sejam de carência efectiva.

Ainda recentemente tivemos uma situação – que foi muito “badalada” na comunicação social –



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em que recebem de Rendimento Social de Inserção entre quatrocentos a quinhentos euros por mês, acrescido das prestações complementares pelos filhos. Essa família tem hoje um rendimento de quinhentos a seiscentos euros por mês e vai ter habitação. O problema é que são quase sempre famílias sem estrutura. Houve uma família que recebeu de uma vez, do RSI, seis mil e quinhentos euros e, passados três dias ou quatro, já tinham gasto mil e oitocentos euros. E foi preciso a Procuradora colocar uma pessoa a gerir a conta com a família, para haver algum controlo.

Efectivamente, não é fácil trabalhar com estas famílias. Por isso, é que os projectos Bem Crescer e AGIR trabalham muito nesta área e também têm muitas dificuldades. Por isso é que eu digo que devemos ser todos contidos, muito especialmente a comunicação social que, se quer fazer notícia, deve-o fazer com outras coisas, deixando estas pessoas sossegadas e deixando que as estruturas que trabalham nestas áreas possam fazê-lo com calma, com segurança e sem atropelos, para que os objectivos sejam atingidos.”

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora e quarenta e cinco minutos, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____